

2020

RELATÓRIO TÉCNICO

66

Controle de DST/HIV/AIDS e hepatites virais.

1. IDENTIFICAÇÃO DO TC/TA

NÚMERO DO TC:	66		
TÍTULO DO TC:	Controle de DST/HIV/AIDS e hepatites virais.		
Objeto do TC:	Ações de implementação das Políticas Públicas de Controle de IST/HIV/AIDS e Hepatites Virais fortalecidas no contexto dos princípios e diretrizes do SUS e da Cooperação Sul-Sul.		
Número do processo:	25000.043784/2011-52	Número do SIAFI:	668082
Data de início	17/07/2011	Data de término:	17/07/2021

DETALHAMENTO DO TA	Nº	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
TA:	1	recurso	R\$3.000.000,00
TA:	2	recurso	R\$8.000.000,00
TA:	3	recurso	R\$30.000.000,00
TA:	4	prorrogação	R\$0,00
TA:	5	recurso	R\$39.900.000,00
TA:	6	recurso	R\$39.900.000,00
Valor Total no TC:			R\$ 120.800.000,00

ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA CONTRAPARTE

Área técnica	Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (SVS/DCCI)		
Responsável:	Gerson Fernando Mendes Pereira		
Endereço:	SRTVN Quadra 701, Lote D, Edifício PO700, 5º Andar, Brasília-DF, 70719-040		
Telefone:	(61) 33153155, 33153706, 33153777	E-mail:	gabinetesvs@saude.gov.br;gerson@ aids.gov.br

ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA OPAS/OMS

Área técnica	Doenças Transmissíveis e Determinantes Ambientais da Saúde (UT CDE)		
Responsável:	Miguel Angel Aragón López		
Endereço:	Setor de Embaixadas Norte, Lote 19 - Brasília, DF		
Telefone:	(61)32519487	E-mail:	aragonm@paho.org

2. CONTEXTO

O Termo de Cooperação 66 (TC66) foi assinado em julho de 2011, por um período de vigência de cinco anos e prorrogado por igual período, com término previsto para 18/07/2021. Como descrito em outros relatórios este TC foi fruto de um processo crescente de articulação técnica e política entre a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) e o Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis – DCCI/SVS/MS, com o objetivo de apoiar a resposta nacional ao HIV/Aids, Sífilis e outras IST e Hepatites Virais. O TC abrange o conjunto de estratégias que fazem parte da política de controle da epidemia de HIV/Aids no país, assim como das hepatites virais e outras infecções de transmissão sexual, considerada por ambas as partes como uma cooperação técnica relevante. Desde 2017, dado o papel da sífilis como doença de grande impacto na saúde pública e, por orientação do corpo técnico da OPAS, foi elaborado um novo Termo Aditivo específico para este agravo (6º TA), que busca apoiar as ações de controle à sífilis no país por meio da criação do “Projeto Interfederativo de Resposta Rápida à Sífilis nas Redes de Atenção”, cujo principal objetivo é o desenvolvimento de respostas rápidas na rede de cuidados no Sistema Único de Saúde (SUS). Tendo em perspectiva o atual cenário da sífilis no país, essa iniciativa de cooperação interfederativa promove o desenho de ações dentro das linhas de cuidado das redes de atenção, com a participação de diversos atores, dentre eles a OPAS/OMS, fortalecendo as áreas de vigilância, cuidado integral, desenvolvimento de pesquisas que incluem estudos sobre acesso ampliado a ações e serviços de saúde, especialmente às populações-chave com maior vulnerabilidade social, investimentos em projetos demonstrativos de CTA, capacitações de gestores, profissionais de saúde e apoiadores institucionais nas redes de serviços em todo Brasil.

Como consequência do início de um novo governo, em janeiro de 2019, foi publicado o Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, que instituiu a nova estrutura do Ministério da Saúde. O então Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais (DIAHV) incorpora o Programa Nacional de Tuberculose e o Programa de Combate a Hanseníase e se transforma no Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCCI).

Destaca-se que essas mudanças ampliam as possibilidades da Cooperação Técnica e, ao longo do período, não houve nenhuma descontinuidade das atividades previstas no âmbito de desenvolvimento do TC 66.

Desde a incorporação de novas responsabilidades sanitárias por parte do Departamento são realizados esforços para promover o alinhamento dos processos de desenvolvimento e acompanhamento da Cooperação Técnica, visando harmonizar os três Termos de Cooperação atualmente vigentes: 66 (HIV, Sífilis, Hepatites Virais e outras IST); 71 (Hanseníase e outras Negligenciadas); e 78 (Tuberculose e outras Crônicas Respiratórias).

No segundo semestre, foi homologado e publicado em DOU o TC 112 com compromissos de cooperação para os próximos cinco anos. Outra ação de impacto foi a construção e pactuação do Plano de Aceleração do TC 66, tema que será abordado nas contribuições às prioridades do Governo e ao Plano Estratégico da OPAS/OMS. Seu maior resultado será a liquidez satisfatória dos saldos até julho de 2021, a partir da execução de um conjunto de ações e projetos estratégicos de pesquisa, extensão e de implementação de políticas públicas como respostas nacionais e regionais para os agravos contemplados pelo TC 66. . Isso foi de grande relevância devido ao forte impacto que a pandemia do COVID-19 teve na execução das atividades previamente planejadas, como congressos, viagens, capacitações, participações em reuniões internacionais, pesquisas, atividades em serviços de saúde, etc. Foram realizadas várias reuniões de coordenação entre OPAS e DCCI para monitoramento contínuo do TC, avaliação e implementação do plano de aceleração, visando sua execução na totalidade até julho de 2021.

3. 1º SEMESTRE DE 2020

3.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	1	Ter apoiado e fortalecido os processos de qualificação da governança do Departamento de IST/Aids e Hepatites Virais, nas instâncias do SUS
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	Número de ações de governança realizadas anualmente	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	Aumento de 20% de ações de governança realizadas no último Termo Aditivo.	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	3	
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	0	

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

(A1) Apoiar intervenções na área de assistência, vigilância, tratamento, diagnóstico, prevenção, pesquisa e gestão:

Durante o período foram desenvolvidas atividades, com o apoio da OPAS, que permitiram o fortalecimento dos processos de qualificação da governança do Departamento no controle do HIV/Aids, das IST e das Hepatites Virais. Essas atividades podem ser traduzidas pelo trabalho contínuo dos consultores por produto contratados para o desenvolvimento de tecnologias e ferramentas metodológicas de gestão, aprimorando os processos de trabalho em diversas áreas do departamento, e para o apoio aos estados e municípios.

(A2) Realizar apoio, oficinas e supervisões nas SES, SMS, OSC e outros órgãos governamentais para implementação de tecnologias de gestão, comunicação, gerenciamento e cooperação interfederativa:

Todas as modalidades de reuniões presenciais foram suspensas nos três níveis de governo, seguindo as medidas de isolamento social em decorrência da pandemia de Covid-19. Porém o apoio às SES, SMS, OSC e outros órgãos governamentais foi realizado através de reuniões virtuais e publicação de documentos normativos orientando os interessados na implementação de tecnologias de gestão, comunicação, gerenciamento e cooperação interfederativa.

(A3) Apoiar ações e atividades técnicas nacionais e internacionais nas áreas de assistência, vigilância, tratamento, diagnóstico, prevenção, pesquisa e gestão:

No período de janeiro a março foram realizadas atividades com participação de técnicos do DCCI e colaboradores externos que contribuíram nas áreas de assistência, vigilância, tratamento, diagnóstico, prevenção, pesquisa e gestão. Porém, assim como na ação anterior, as atividades presenciais foram suspensas nos três níveis de governo, seguindo as medidas de isolamento social em decorrência da pandemia de Covid-19.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Em virtude da pandemia pelo Covid-19 e da publicação de decretos estaduais e municipais que levaram à medidas de isolamento social em todo Brasil, muitas atividades foram suspensas ou adiadas, levando o MS e a OPAS/OMS repensar estratégias e replanejar ações para o 2º semestre, com o objetivo de focar na mitigação de medidas que fortaleçam a continuidade de ações e serviços, especialmente direcionados à manutenção da rede de atenção à saúde dos usuários e populações-chave (revisão de fluxos, abastecimento e distribuição de medicamentos/insumos de prevenção, monitoramento e seguimento de casos de maior risco, entre outras).

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

A Cooperação Técnica tem contribuído de forma permanente para aumentar e aprimorar os processos de gestão do DCCI. Nessa perspectiva, vem contribuindo para o cumprimento da meta deste Termo de Cooperação de aumentar

em 20% as ações de governança.

O processo de gestão e governança do Departamento vem sendo aperfeiçoado, fortalecendo os mecanismos de planejamento e os instrumentos de monitoramento e avaliação.

Destaca-se o apoio político e programático para o bom desempenho das ações de articulação com as demais instâncias competentes do SUS assim como nos corpos diretivos da OPAS/OMS.

2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	2 Ter apoiado e ampliado estratégias de prevenção combinada para o enfrentamento do HIV/aids, IST e Hepatites Virais e coinfeções na população geral e nas populações-chave em âmbito nacional.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Proporção de PVHA que foram diagnosticadas em TARV/Ano; Número de portadores de hepatites C tratados com novos medicamentos antivirais; Número de testes de sífilis realizados por gestantes usuárias do SUS.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	90% das PVHA que foram diagnosticadas em TARV até 2021; Ampliar em pelo menos 60% o número de tratamentos para portadores de Hepatites C, até 2021; Ampliar para dois testes de sífilis por gestante até 2021.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	4
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	0

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

(A1) Apoiar ações da Agenda Estratégica de Ampliação do Acesso e Cuidado Integral das Populações Chave em HIV, HV e outras IST:

Devido ao contexto da pandemia do Covid-19, as atividades previstas para o primeiro semestre de 2020 estão sendo reprogramadas para ocorrerem em formato virtual, no segundo semestre de 2020. Diante disso, foram pensadas algumas ações que serão desenvolvidas por meio de webinars e plataformas online.

No âmbito do apoio as ações da Agenda Estratégica de Ampliação do Acesso e Cuidado Integral das Populações Chave em HIV, Hepatites Virais e outras IST, destacam-se:

1.1 Desde 2004, no dia 29 de janeiro, o Brasil celebra nacionalmente o Dia da Visibilidade Trans. A cada ano, uma agenda intensa é organizada no mês de janeiro em torno da data. Em 2020, o Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCCI), a Campanha da ONU Livres & Iguais, o UNAIDS, o UNFPA, a OPAS/OMS, a Embaixada da Austrália e a Diretoria LGBT do Ministério dos Direitos Humanos, se juntaram às celebrações com a proposta de uma reunião técnica conjunta sobre saúde, trabalho, direitos e inclusão social da população trans e travesti. A atividade reuniu, dos dias 27 a 30 de janeiro de 2020, na sede brasileira da Organização Pan-Americana da Saúde, em Brasília-DF, profissionais de saúde, gestoras e gestores de políticas públicas, representantes da sociedade civil e da academia e organizações internacionais para compartilharem políticas e boas práticas no que se refere à promoção da saúde integral para a população trans no Brasil e sua correlação com a inclusão no mercado de trabalho, a inclusão social e o acesso à direitos. Foram debatidos temas relacionados à resposta à epidemia de ISTs nessa população, o uso abusivo de álcool e outras drogas e à saúde sexual e à saúde sexual e reprodutiva da população trans, incluindo a hormonização, as cirurgias de modificação corporal e o uso do silicone industrial. Além disso, foi realizado o lançamento do novo vídeo da Campanha da ONU Livres & Iguais em

parceria com a campanha Zero Discriminação do UNAIDS.

1.2 Em referência à ampliação do acesso de uma população-chave específica, as pessoas que usam drogas, o DCCI contribuiu com ações relacionadas ao eixo de Estigma e Discriminação, com a participação no processo de consolidação do Guia Diretrizes Internacionais sobre Direitos Humanos e Política de Drogas, em reunião realizada nos dias 21 e 22/01/20, na Cidade do México. O referido Guia foi lançado em março de 2020 e está disponível por meio do link: <https://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/hiv-aids/international-guidelines-on-human-rights-and-drug-policy.html>. Essa ação está alicerçada nas atividades relacionadas à implementação da Agenda Estratégica, no que tange ao campo da prevenção, do diagnóstico e do tratamento das IST, HIV/aids, hepatites virais e tuberculose dirigidos às pessoas que usam álcool e outras drogas, posto que são uma das populações mais vulneráveis aos agravos, bem como a contribuição para a garantia de direitos das pessoas que usam drogas e para a redução de estigma e discriminação quanto a essa população-chave.

1.3 No que se refere ao processo de implementação da Agenda Estratégica, especificamente em relação ao eixo Participação Social, destaca-se a participação do DCCI no comitê de seleção de projetos financiados pelo Fundo Positivo, com vistas a promover o desenvolvimento de ações de base comunitária, focadas em populações-chave, à prevenção das IST, HIV/aids, hepatites virais e tuberculose e à prevenção ao Covid-19. Essa atividade reflete um processo de articulação do DCCI com o objetivo de inserir a Agenda Estratégica nas atividades dos parceiros chave envolvidos nesse processo de execução da Agenda e suas recomendações.

1.4 No âmbito da cooperação com parceiros intra e intersetoriais no contexto da Agenda Estratégica, destaca-se o trabalho de articulação do DCCI junto a Coordenação-Geral de Saúde de Adolescentes e Jovens do Ministério da Saúde (COSAJ) com o objetivo de promover uma análise geral dos dados relacionados a esse segmento nas diferentes Coordenações e agravos que compõem o DCCI e a elaboração de recomendações com o objetivo de qualificar a política de atenção e cuidado integral junto a esse segmento, conduzida pela COSAJ em parceria com o DCCI. Essa atividade se relaciona com as recomendações previstas no eixo de Atenção Integral e Cuidado Contínuo.

Ainda no âmbito da cooperação com parceiros, cabe destacar a articulação com Departamento de Promoção de Direitos LGBT da Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos na discussão de estratégias voltadas ao público LGBT, onde também articulamos uma parceria incluindo o DEPEN- Departamento penitenciário Nacional com visitas in loco às prisões, para levantamento de necessidades de saúde da população LGBT. Ocorreu no período de 10 a 12 de março uma visita conjunta com a Secretaria de Administração Penitenciária em 03 presídios na cidade do Rio de Janeiro.

(A2) Apoiar projetos piloto para a reorganização dos CTA:

Estão sendo reestruturados os seguintes CTA no âmbito desse Projeto:

- CTA Carlos Ribeiro: Fortaleza / CE
- Complexo de Doenças Crônicas Transmissíveis: São José do Rio Preto / SP
- CTA Lira: São Luís / MA
- CTA Claydson Rodrigues: Belém / PA
- CTA de Fronteira: Corumbá / MS
- CTA Santa Marta: Porto Alegre / RS
- CTA Itamaraty: Rondonópolis / MT

Durante o primeiro semestre foram realizadas atividades de apoio institucional pela equipe de Prevenção/DCCI e acompanhamento do desenvolvimento dos projetos por parte da OPAS e do MS. Destaca-se também a realização de um encontro presencial em fevereiro, com a presença dos Coordenadores de CTA de todos os municípios envolvidos - Oficina Presencial de Pactuação dos Indicadores de Produtividade das Equipes dos CTA: Apresentação da Ferramenta de Alimentação dos Registros, produzida pelas equipes de Monitoramento e Prevenção/DCCI e pactuação da fase de testes, capacitação das equipes de saúde e início da alimentação do sistema. Além disso, vale registrar o esforço colaborativo entre OPAS/OMS e MS na construção da estrutura do instrumento proposto para alimentação dos relatórios de progresso das Cartas Acordo (específico para esses projetos), da OPAS/OMS.

(A3) Realizar oficina de avaliação parcial dos resultados do Projeto de Reestruturação dos CTA:

Foram realizados 2 encontros virtuais de avaliação parcial dos resultados do Projeto de Reestruturação dos CTA, conforme indicado:

- Março/2020: videoconferência com os municípios para acompanhamento dos projetos. Durante essas videoconferências foi realizado um relato da execução do projeto e das dificuldades encontradas. O país vivia o início da epidemia da COVID-19 e todas as ações nos municípios estavam voltadas ao suporte para essa epidemia. Como consequência não estavam conseguindo cumprir principalmente a agenda administrativa (compras e aquisições

necessárias para a reestruturação dos CTA). Já naquele momento foi levantada a possibilidade/necessidade de prorrogação dos projetos, mas a decisão deverá ser tomada no segundo semestre, após levantamento das necessidades de cada município.

- Junho/2020: videoconferência para apresentação e discussão do novo modelo dos relatórios de progresso e seus respectivos prazos de entrega. A proposta é de realizar uma avaliação complementar à do MS, na dimensão da gestão dos projetos e as contribuições da iniciativa global como dispositivo de mudança no aprimoramento das políticas públicas locais para o enfrentamento das IST, hepatites virais e demais agravos de transmissão sexual.

(A4) Realizar cooperação horizontal no âmbito dos Projetos Demonstrativos dos CTA.

A Cooperação Técnica Horizontal terá o objetivo de desenvolver ambientes e processos colaborativos de aprendizado técnico-científico entre trabalhadores dos CTA e gestores do campo do IST, HIV/Aids, a partir da imersão em realidades de diferente estados e municípios. Tem como foco a melhoria das ofertas dos serviços, ampliação do acesso e qualificação da rede por meio do aprendizado e colaboração mútua entre esses serviços. A experiência de imersão seria iniciada em março, mas teve que ser adiada para o próximo semestre, por motivos de isolamento social nas cidades envolvidas. Prevê-se um processo de troca, reflexão e aprendizagem em ato, ou seja, não se trata de uma visita técnica, nem apenas observar ou reproduzir a experiência do outro, mas um processo pedagógico horizontal, dialógico, solidário e colaborativo, onde todos os territórios aprendem e ensinam sobre a produção do cuidado.

Além da elaboração do projeto pedagógico, foi realizada no período uma oficina para pactuação metodológica e estrutural da Cooperação Técnica Horizontal junto aos territórios envolvidos no projeto, além de uma matriz que sintetiza as principais necessidades quanto à reestruturação dos seus serviços de CTA. Com isso, quatro linhas foram desenvolvidas para que subsidiem o desenvolvimento metodológico da Cooperação Técnica Horizontal e planejamento pedagógico das atividades de imersão: L1. Cuidado compartilhado e apoio matricial para Atenção Primária; L2. Acesso, acolhimento, abordagem, retenção, vinculação, testagem, aconselhamento, gerenciamento de risco e cuidado das populações-chave; L3. Ações extramuros e articulação com sociedade civil; e L4. Organização dos processos de trabalho, fluxo de atendimento, interdisciplinaridade, Educação Permanente.

Cada ator terá responsabilidades/atribuições para a construção do processo (territórios itinerantes, territórios de imersão, profissionais de saúde e da gestão itinerantes, DCCI e OPAS). Dentre as atribuições do DCCI, estão: construir os critérios para definição dos territórios visitantes e interlocutores; elaborar linhas temáticas a partir dos elementos apontados pelos territórios em consulta on line e projetos escritos; desenvolver formulário para preenchimento com os dados dos participantes; viabilizar compra de passagens e o pagamento de diárias aos territórios itinerantes para imersão nos campos de práticas; e apoiar os territórios em todo o processo de imersão e estar presente no acolhimento dos profissionais no primeiro dia de atividade nos campos de práticas. Por sua vez, a OPAS contribuirá: colaborativamente, com a construção dos critérios para definição dos territórios visitantes e interlocutores, assim como na elaboração de metodologia da cooperação horizontal; apoiando o DCCI nos campos de práticas de imersão, participando do momento de acolhimento; construindo narrativas sobre o desenvolvimento da vivência, utilizando sua ferramenta metodológica do “Laboratório de Inovação do SUS”; propondo instrumentos de acompanhamento e avaliação dos projetos demonstrativos, na dimensão da execução dos objetivos e dos resultados das cartas acordo (LOA), em consonância com os instrumentos de monitoramento, elaborado pela AMA.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Em virtude da pandemia pelo Covid-19 e da publicação de decretos estaduais e municipais que levaram à medidas de isolamento social em todo Brasil, muitas atividades foram suspensas ou adiadas, levando o MS e a OPAS/OMS repensar estratégias e replanejar ações para o 2º semestre, com o objetivo de focar na mitigação de medidas que fortaleçam a continuidade de ações e serviços, especialmente direcionados à manutenção da rede de atenção à saúde dos usuários e populações-chave (revisão de fluxos, abastecimento e distribuição de medicamentos/insumos de prevenção, monitoramento e seguimento de casos de maior risco, entre outras).

Ainda sobre os CTA, as dificuldades que afetaram todos os projetos durante o período foi o atraso nas aquisições de equipamentos e contratações de pessoa física e jurídica, considerando que o planejamento estratégico das SMS estiveram como foco quase que exclusivo à contenção da epidemia pelo covid-19 no Brasil por um tempo maior que o esperado, deixando em segundo plano todas tramitações administrativas ligadas a outros projetos. Espera-se que no segundo semestre, os municípios entrem numa fase de retomada de diversas atividades ligadas ao suporte e retaguarda dos sistemas de saúde local, como um todo.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

As ações programadas neste PTS impactarão diretamente no alcance do resultado esperado, principalmente o projeto de reestruturação dos CTA, com a definição do novo papel desse importante equipamento de prevenção nas populações mais vulneráveis e no alcance das metas e indicadores programados. Foi chave a coordenação estabelecida entre DCCI e OPAS/OMS Brasil no permanente diálogo com as Secretarias Municipais de Saúde durante a pandemia, na busca de definir soluções concretas para as dificuldades apresentadas ao longo do período.

3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	3	Ter ampliado a capacidade nacional da vigilância e de produção e análise de informação estratégica, baseada em evidência, relativa ao HIV/aids, Hepatites Virais e IST na linha para por fim à epidemia até 2030.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	Número de municípios elegíveis que alcançaram o critério de certificação para eliminação da TV da sífilis; Número de municípios elegíveis que alcançaram o critério de certificação para eliminação da TV do HIV.	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	100% dos municípios elegíveis certificados para eliminação da Transmissão Vertical da sífilis; 100% dos municípios elegíveis certificados para eliminação da Transmissão Vertical do HIV.	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	3	
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	0	

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

(A1) Apoiar a publicação de artigos, suplementos, periódicos indexados nacionais e internacionais para a divulgação da produção científica da resposta brasileira às IST, ao HIV/Aids e às HV:

Durante o primeiro semestre de 2020 não foram publicados artigos tendo em vista que temos vários estudos ainda em andamento. As publicações ocorrerão após o encerramento desses estudos.

(A2) Desenvolver materiais técnicos de informação, educação e comunicação sobre IST, HIV/aids e HV:

Foram desenvolvidos, no âmbito desse Projeto, os seguintes materiais:

- Material de comunicação visual para o CARNAVAL 2020 relacionados ao desenvolvimento de atividades de prevenção às IST, HIV/Aids e Hepatites Virais durante o pré Carnaval 2020 na cidade do Rio de Janeiro/RJ
- Material de comunicação visual para o desenvolvimento de atividades alusivas ao Dia Mundial de Luta contra as Hepatites Virais - Julho Amarelo
- Contratação de serviços para confecção da publicação "Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde - RESS" - Brasília/DF - 15/07/2020 (1.000 unidades)
- Impressão de 500 unidades do Boletim Epidemiológico de Hepatites Virais

Encontra-se em andamento a publicação do Protocolo do Ensaio clínico para avaliar a eficácia da cefixima no tratamento da sífilis precoce em mulheres não grávidas – Estudo CeBra.

Desenvolveu-se o Informe de Ciência e Tecnologia do DCCI, que estará disponível na página do Departamento até o final de 2020, assim que finalizar a fase de testes. O Informe consiste na divulgação das evidências científicas advindas dos projetos de pesquisa apoiados pelo Departamento, objetivando aplicar a comunicação científica e disseminar o conhecimento gerado para gestores, pesquisadores, técnicos, estudantes e todos os interessados em informação científica acerca do HIV/Aids, IST e HV.

(A3) Apoiar estudos e cooperação técnica na área de assistência, tratamento, diagnóstico, prevenção, vigilância, pesquisa e gestão:

Encontra-se em andamento o seguinte estudo:

Título: Estudo COMBINA!

Instituição: Fundação Faculdade de Medicina - USP

Objetivo geral: A terceira fase do Estudo Combina! tem por finalidade avaliar se a adoção de um protocolo de seguimento que conjuga avaliações clínicas à distância e presencial possibilitará melhorar as taxas de retenção e de uso regular da Profilaxia Pré-exposição ao HIV (PrEP); e a aceitabilidade, a segurança e o grau de proteção do uso de PrEP sob demanda, quando ofertado no contexto de serviços públicos brasileiros.

- Produtos entregues até junho/2020:

- i. desenvolvimento da ferramenta utilizando inteligência artificial (denominada Amanda Selfie) que será utilizada para auxiliar participantes na adesão à PrEP sob demanda. Recentemente o aplicativo passou por uma fase de ajustes nos fluxos de interação, visando a identificação de jovens com maior risco de infecção por HIV, assim como foram incluídos novos módulos para auxiliar pessoas a utilizarem PrEP, no que diz respeito á tirar dúvidas, auxiliar a adesão, identificar situações que demandam consultas clínicas, como evento adverso e suspeita de IST e orientar como lidar com questões de violência, discriminação ou outras situações sociais que violam direitos e comprometem o uso da profilaxia;
- ii. descrição do perfil dos usuários que escolheram a PrEP sob demanda na fase inicial da oferta da profilaxia. Nessa análise poderá ser observado que aqueles que escolheram a PrEP sob demanda possuem um perfil com menor risco à infecção por HIV, quando comparados aos participantes que procuram PEP e PrEP para uso contínuo.
- iii. finalização do protocolo clínico de prep sob demanda, da cartilha para usuários/as e do guia para profissionais de saúde. A versão eletrônica foi encaminhada para todos/as os/as profissionais envolvidos/as no projeto, como pesquisadores/as, gestores/as, profissionais de saúde de todos os serviços participantes. Além disso, a versão impressa, que compreende 900 cartilhas e 100 guias, estão disponíveis para os/as profissionais ligados/as diretamente ao atendimento e usuários/as desde o início de março;
- iv. desenvolvimento de fluxos de interações para duas situações: 1. adesão em situações em que o participante iniciou o esquema sob demanda com a ingesta dupla (PrEP sob demanda) e/ou a transição do uso de esquemas sob demanda para esquema diário. Atualmente, esses novos fluxos estão em fase de homologação, na qual inclui avaliações qualitativas, com participantes do estudo, que são convidados/as a experimentarem as novas funcionalidades e, posteriormente, são entrevistados/as por pesquisadores/as sobre suas percepções e experiências de uso. Os resultados da avaliação servirão para o desenvolvimento da versão final;
- v. desenvolvimento da plataforma on-line de gerenciamento de PrEP sob demanda e de PrEP à distância. O sistema consiste num aperfeiçoamento do sistema de informação do Ministério da Saúde utilizado na logística e monitoramento do uso antirretrovirais, denominado de Sistema de Controle Logístico de Medicamentos (SICLOM). Fase atual da plataforma: Várias reuniões foram realizadas entre a equipe responsável pelo desenvolvimento da plataforma e coordenação do estudo entre os meses de fevereiro a junho de 2020 e uma versão preliminar da interface já foi apresentada e avaliada.

O projeto hoje apresenta execução de mais de 80% da parcela anterior repassada à instituição (sic financeiro). A previsão de término do projeto é em 09/12/2020.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Houve interrupção temporária de atividades de campo dos projetos por causa da pandemia de COVID-19, e as recomendações de distanciamento social. No entanto, alguns sítios estão retomando as atividades de nesse mês de julho.

Todos os projetos encontram-se em execução, conforme previsto nas cartas-acordo. Todavia, foi necessário solicitar aditivo de prazo, devido à pandemia, a fim de possibilitar a obtenção dos resultados esperados.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Além das ações planejadas o DCCI criou, em 2019, o Núcleo de Transmissão Vertical, visando o fortalecimento de ações para a redução da TV da sífilis e das hepatites virais e a eliminação da TV do HIV.

Entre as atividades desenvolvidas pelo Núcleo podemos destacar a realização de ações de incentivo, manutenção e acompanhamento dos comitês de investigação dos casos de transmissão da sífilis congênita; a ampliação ao acesso oportuno ao medicamento Tenofovir para uso das gestantes com Hepatite B, via Unidades Dispensadoras de Medicamentos, com o objetivo da prevenção da TV da hepatite B; a realização de videoconferências com estados para fomento das ações de prevenção da transmissão vertical, inclusive fomento ao processo de Certificação da Eliminação

da Transmissão Vertical do HIV; e o apoio técnico aos estados e municípios que estejam se preparando para o processo de Certificação, além de análise documental e visita técnica nos municípios candidatos.

4) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	4	Ter ampliado e apoiado o desenvolvimento de ações de cooperação internacional em saúde nos temas de HIV/Aids, Hepatites Virais, IST e coinfeções.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	Número de iniciativas de cooperação horizontal implementadas.	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	Ampliar e implementar para mais 05 iniciativas de cooperação horizontal.	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		8
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		3

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

(A1) Apoiar ações e atividades técnicas da Comissão Intergovernamental em HIV/Aids do MERCOSUL durante as presidências pró tempore do Paraguai e do Uruguai:

No primeiro semestre deste ano, o Paraguai ocupou a Presidência Pro-tempore (PPT) do bloco (posição a ser ocupada pelo Uruguai, no segundo semestre) e a reunião presencial ordinária da Comissão Intergovernamental de HIV/Aids (CIHIV), assim como outros encontros de outras comissões em saúde, aconteceria em maio, em Assunção. Todavia, esse encontro foi cancelado devido à restrição excepcional e temporária dos deslocamentos internacionais decorrente da emergência em saúde pública de importância internacional, em razão da pandemia da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2 (covid-19).

Nesse sentido, não houve debate específico acerca dos temas relacionados à CIHIV. No entanto, o espírito de cooperação mútua, que é ponto forte do bloco e da referida Comissão, manteve-se presente neste período de crise global.

Encontra-se em tramitação doações de antirretrovirais (zidovudina) para o Paraguai e de testes rápidos de HIV e tratamentos de hepatite C para a Argentina. Essas doações são consideradas ajuda humanitária e não comprometerão o abastecimento nacional. Além disso, o Ministério da Saúde, por meio do DCCI, estabeleceu, de forma célere, orientações para o fluxo de atendimento, prescrição e dispensação de antirretrovirais para estrangeiros, que ainda não haviam conseguido retornar aos seus países de origem. Sendo assim, ofício contendo o fluxo de dispensação de ARVs a estrangeiros foi entregue ao Ministério das Relações Exteriores e este, por sua vez, distribuiu as orientações a todo Corpo Consular Estrangeiro no Brasil.

Nessa perspectiva, entende-se que mesmo que a reunião presencial não tenha ocorrido, houve manutenção das frutíferas relações de cooperação internacional, que são alicerces desse bloco.

(A2) Apoiar a realização do Seminário Técnico Científico Brasil-França e outras atividades da Cooperação, e

(A3) Apoiar a realização dos estágios no âmbito da cooperação técnico científica Brasil/França, Paris/França:

No tocante aos itens 2 e 3 deste relatório, em decisão conjunta, os coordenadores da Cooperação Brasil-França (Gerson Fernando Pereira e Nathalie de Castro, coordenadora francesa), com apoio da Embaixada da França no Brasil, decidiram suspender, temporariamente, algumas das atividades da cooperação, quais sejam o envio de estagiários brasileiros à França neste ano e a realização do Seminário Brasil-França, previsto para novembro de 2020, em razão da pandemia de covid-19.

De todo modo, como o processo de seleção dos estagiários já se encontrava em andamento, quando a emergência em

saúde pública de importância internacional foi decretada, os coordenadores da cooperação mantiveram o processo e esse será concluído em breve. Espera-se que os cinco candidatos aprovados no pleito possam realizar os estágios em instituições francesas, ao longo de 2021. Adicionalmente, em recente reunião dos coordenadores da cooperação com representantes da referida Embaixada, foi debatida a possibilidade de se organizar um Seminário Brasil-França virtual no final do segundo semestre, porém ainda com formato e conteúdo a definir.

A Cooperação Brasil-França é a mais antiga que o Brasil desenvolve na área de HIV e hepatites virais (em 2020, comemoram-se 30 anos), e visa à qualificação de profissionais brasileiros e ao fortalecimento das respectivas respostas nacionais aos agravos supramencionados. O fato de algumas atividades terem sido suspensas neste ano, não acarretará em prejuízo para a cooperação. Pelo contrário, a decisão conjunta de suspensão das atividades demonstra o afinamento entre as contrapartes. Todavia, em recente reunião dos coordenadores da cooperação bilateral, foi discutida a possibilidade de realização de um seminário virtual. No entanto, prováveis datas, formato e conteúdo ainda não foram definidos, uma vez que a viabilidade de realizar o evento encontra-se em avaliação.

(A4) Apoiar a realização do 12º Congresso de HIV/Aids, 5º Congresso de HV, 1º Congresso de IST, 5º Congresso de Tuberculose e 1º Congresso de Hanseníase:

Esses Congressos, previstos inicialmente para o segundo semestre de 2019 e transferido para 2020 foram cancelados, sem definição de nova data, em razão da pandemia da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2 (covid-19).

(A5) Participar do Conference on Retroviruses and Opportunistic Infections (CROI), Boston/USA:

O CROI é a principal conferência de pesquisa em HIV do mundo e atrai, anualmente, mais de quatro mil pesquisadores. Essa conferência proporciona, há quase três décadas, um fórum para os pesquisadores traduzirem seus achados laboratoriais e clínicos em progressos tangíveis para o controle do HIV, globalmente. Desde a sua primeira edição, em 1993, o CROI sempre foi palco para a apresentação das mais importantes descobertas científicas em HIV.

A 26ª edição do CROI estava prevista para acontecer em Boston, EUA, de 8 a 11 de março deste ano. No entanto, em decorrência da pandemia de covid-19, as atividades presenciais foram canceladas dois dias antes da abertura do evento. Segundo os organizadores, esse cancelamento deveu-se ao momento crítico global, em que as notícias relacionadas ao avanço dos novos diagnósticos mudavam, literalmente, a cada hora.

O DCCI enviaria alguns colaboradores para acompanhar o CROI deste ano e, felizmente, todos os participantes do Departamento foram informados, em tempo hábil, sobre o cancelamento das atividades presenciais. Alguns desses colaboradores, inclusive, já estavam a caminho do aeroporto. De todo modo, a conferência foi completamente reorganizada e transmitida virtualmente e os colaboradores do DCCI puderam acompanhar tudo à distância.

Destaca-se que o DCCI teve um trabalho selecionado para ser apresentado nessa prestigiosa conferência, cujo título era: “CD4 count viral load dynamics under different ART regimens in HIV/TB coinfection”.

(A6) Participar do UNAIDS Programme Coordinating Board (PCB), Genebra/Suíça:

Em virtude da pandemia de covid-19, a 46ª reunião do Conselho de Coordenação de Programa do UNAIDS (PCB, na sigla em inglês) aconteceu nas datas previstas (de 23 a 25 de junho), porém, em caráter virtual. O Diretor do DCCI e a equipe de assessoria internacional participaram dos três dias de reunião, bem como das quatro reuniões preparatórias, que antecederam a reunião desse Conselho.

Nesse sentido, não houve prejuízo à participação do DCCI no referido evento. Como de costume, o DCCI revisou todos os documentos e ofereceu subsídios técnicos aos representantes da Missão Permanente do Brasil junto à ONU, em Genebra.

Para essa reunião do PCB o DCCI enviou propostas de intervenções para três momentos da agenda e todas elas foram proferidas pelo Terceiro-Secretário Víctor Cirne, da Missão em Genebra. A primeira intervenção se deu em reação à apresentação do relatório da Diretora Executiva do UNAIDS, Winnie Bynayima, que discorreu, entre outros assuntos, sobre o resumo da atuação do Programa Conjunto no primeiro semestre de 2020 e as perspectivas para o UNAIDS, diante do grande impacto da covid-19 na resposta global ao HIV. No atual contexto, o foco da atuação do Programa Conjunto, está centrado em quatro eixos: (i) monitorar e proteger os serviços nacionais de prevenção e assistência ao HIV; (ii) aproveitar as lições aprendidas da resposta ao HIV para apoiar o desenho e implementação das respostas globais e nacionais ao coronavírus; (iii) continuar a monitorar e defender os direitos das populações-chave, principalmente em relação às recomendações de isolamento social; e (iv) refletir com parceiros sobre o futuro fortalecimento da arquitetura de saúde global e o papel do UNAIDS, à luz da pandemia.

Nesse primeiro discurso, o Brasil enfatizou que vem dedicando atenção especial às pessoas vivendo com HIV, nos últimos meses, e que, nesse contexto, não havia dúvida de que nosso compromisso constitucional de três décadas com o acesso universal à saúde tem sido fundamental para lidar com a pandemia do covid-19. Graças ao SUS, o Brasil foi capaz não apenas de manter o tratamento para mais de 600 mil pessoas que vivem com HIV, mas também de manter, sem interrupção, o suprimento de insumos de prevenção, incluindo a oferta de PrEP.

Nessa intervenção, apontou-se ainda que algumas adaptações foram implementadas nos últimos meses no País, como a disponibilização de ARVs por 90 dias ou mais e a disponibilização de tratamento a estrangeiros, que não conseguiram voltar para seus países de origem, antes do fechamento das fronteiras. Além disso, citou-se que a telemedicina também foi regulamentada no Brasil, durante esse período.

O Brasil ressaltou ainda que, uma vez que o tratamento antirretroviral no Brasil é monitorado em tempo real, tem sido possível verificar, oportunamente, que a supressão da carga viral e a cobertura do tratamento não diminuíram neste período de crise mundial. Todavia, observou-se queda no número de novos diagnósticos de HIV, no mesmo período.

Adicionalmente, o Brasil reafirmou, nessa oportunidade, o compromisso com os direitos das pessoas vivendo com HIV e reiterou o apoio do País ao UNAIDS.

Na segunda intervenção, proferida em reação ao item da agenda, que apresentava os pontos de decisão sobre a “Estratégia do UNAIDS para além de 2021”, o Brasil discorreu sobre alguns dos enormes progressos alcançados na última década, globalmente. Contudo, demonstrou preocupação em relação ao ainda elevado número de novas infecções por HIV.

Nessa ocasião, o Brasil ainda ponderou que almeja que a nova Estratégia do UNAIDS seja ambiciosa e baseada em evidências científicas e clamou que o UNAIDS também focalize seus esforços em países com epidemias concentradas, pois mais da metade das novas infecções por HIV ainda acontecem entre as populações-chave, globalmente.

Em sequência, o Brasil evocou que não se pode subestimar o impacto social e econômico provocado pela pandemia de covid-19 e, mais especificamente, nas respostas nacionais ao HIV, sobretudo no tocante à sustentabilidade da oferta de tratamento. Além disso, ressaltou que espera que a nova Estratégia do UNAIDS priorize abordagens inovadoras de prevenção de novas infecções. Ainda, recordou que o estigma e a discriminação continuam a comprometer, sobremaneira, o acesso à prevenção, diagnóstico e tratamento do HIV, globalmente. Sendo assim, o pós 2021 precisa, necessariamente, focar em possíveis caminhos para solucionar esses problemas.

Ademais, o Brasil sinalizou à presidência do PCB a necessidade de garantir a supervisão do PCB em todas as etapas até a conclusão da nova Estratégia.

Por fim, no terceiro momento de participação do Brasil na 46ª Reunião do PCB, o Brasil agradeceu ao Secretariado do UNAIDS e às onze agências co-patrocinadoras do Programa Conjunto pela preparação de todos os relatórios de monitoramento da “Matriz Unificada de Orçamento, Resultados e Responsabilidades” (UBRAF, na sigla em inglês para “Unified Budget, Results and Accountability Framework”), para o biênio 2018-2019, e elogiou seu escopo e profundidade.

O Brasil observou, com otimismo, que os relatórios apontaram que a agenda global de prevenção foi impulsionada, consideravelmente, nos últimos dois anos, como resultado da Coalizão Global de Prevenção do HIV, da qual o Brasil faz parte. Nessa oportunidade, lembrou que a implementação de políticas públicas de prevenção do HIV ainda é um desafio, particularmente, para as populações-chave.

Neste semestre, até a 47ª sessão do PCB, em dezembro, o DCCI continuará em contato próximo com a Missão em Genebra, a fim de oferecer subsídios técnicos aos encaminhamentos relacionados à nova Estratégia do UNAIDS.

Por fim, conforme foi definido por consenso na reunião de junho, os pontos de decisão relativos à elaboração da “Estratégia do UNAIDS para além de 2021” são: i) até setembro de 2020, apresentar as conclusões da revisão completa da atual Estratégia do UNAIDS (2016-2021) e as implicações para as prioridades estratégicas para além de 2021, juntamente com as conclusões da avaliação independente da Resposta do Sistema ONU à Aids, de 2016 a 2019; ii) em sequência, apresentar, aos membros e observadores do PCB, os resultados das consultas realizadas com diferentes stakeholders, globalmente, e que resultarão em opções para a “Estratégia do UNAIDS para além de 2021”; iii) até o final de outubro de 2020, apresentar ao PCB, para aprovação entre as sessões ordinárias do PCB (junho e dezembro), um documento que contenha uma opção próxima do que será a nova Estratégia; iv) em dezembro de 2020, na 47ª Reunião do PCB, apresentar um esboço da Estratégia, que seja ambicioso, visionário e baseado em

evidências, para a aprovação do PCB.

(A7) Participar do AIDS 2020, São Francisco/USA:

A 23ª Conferência Internacional de Aids (AIDS 2020 - 6 a 10 de julho) estava prevista para acontecer em San Francisco e Oakland, nos EUA, mas, em decorrência da pandemia de covid-19, todas as atividades relacionadas à Conferência aconteceram por meios virtuais.

Desde 1985, quando foi realizada pela primeira vez, essa Conferência tem sido o maior fórum de debate internacional em torno do HIV e o principal espaço de interseção entre ciência, advocacy e direitos humanos. Cada edição é uma oportunidade de fortalecer políticas e programas que garantem respostas ao HIV baseadas em evidências.

No início deste ano, antes da eclosão da pandemia de covid-19, a diretoria do DCCI aventou a possibilidade de compor uma delegação e montar um stand na referida conferência, como tem feito nas últimas edições. No entanto, com o cancelamento das atividades presenciais, essa mobilização não ocorreu, naturalmente.

De todo modo, os colaboradores do DCCI garantiram a participação brasileira nesse relevante evento internacional, uma vez que onze trabalhos científicos foram selecionados para apresentação. Os autores desses trabalhos, bem como outros colaboradores do DCCI, foram contemplados com a isenção da taxa de inscrição e, além de apresentarem suas pesquisas, puderam acompanhar a AIDS 2020, virtualmente.

Dos onze trabalhos aprovados, três foram apresentados na modalidade oral; dois, na modalidade de apresentação de resumo oral; um trabalho, por sua vez, foi discutido numa sessão comentada de pôsteres; e, cinco trabalhos foram apresentados na modalidade de pôster. A seguir, os títulos dos trabalhos científicos apresentados:

- 7.1. HIV self-tests free distribution in Brazil: An effective strategy for reaching undiagnosed key populations (oral);
- 7.2. Main results of the active pharmacovigilance strategy in women living with HIV on DTG-containing regimens in Brazil (oral);
- 7.3. Logistical challenges of data collection in investigation of maternal dolutegravir use and neural tube defect risk: The Brazilian experience (oral);
- 7.4. Declining trend of HIV mother-to-child transmission in Brazil: a novel estimation method based on programmatic data (resumo oral);
- 7.5. Who is being diagnosed with syphilis while on PrEP in Brazil? (resumo oral);
- 7.6. Surveillance of transmitted HIV Drug Resistance among treatment-naïve children under 18 months in Brazil (2009-2018) (sessão comentada de pôster);
- 7.7. Lessons learned in 9 years of External Quality Assessment for HIV, Syphilis and Hepatitis C Rapid Diagnostic Tests in Brazil (pôster);
- 7.8. Factors associated with self-reporting of adverse events in Brazil: results from a real-life cohort of PLHIV using DTG-containing regimens (pôster);
- 7.9. AIDS mortality of children living with HIV and access to HIV care and treatment in Brazil, 2018 (pôster);
- 7.10. Dolutegravir-related adverse events: results from the active pharmacovigilance implemented in Brazil (pôster);
- 7.11. Translating a safety signal for dolutegravir use at the time of conception into public policy for women living with HIV in Brazil (pôster).

(A8) Participar do The International Liver Congress 2020 (EASL), em Londres/Inglaterra:

A diretoria do DCCI havia designado dois colaboradores para participar da EASL 2020, em Londres, no período de 15 a 19 de abril. No entanto, em razão da pandemia de covid-19, a referida conferência, assim como todos os grandes eventos nacionais e internacionais, será realizada totalmente por meios virtuais, e foi adiada para o final de agosto próximo.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Em virtude da pandemia pelo Covid-19 e da publicação de decretos estaduais e municipais que levaram à medidas de isolamento social em todo Brasil, muitas atividades foram suspensas ou adiadas, levando o MS e a OPAS/OMS repensar estratégias e replanejar ações para o 2º semestre, com o objetivo de focar na mitigação de medidas que fortaleçam a continuidade de ações e serviços, especialmente direcionados à manutenção da rede de atenção à saúde dos usuários e populações-chave (revisão de fluxos, abastecimento e distribuição de medicamentos/insumos de prevenção, monitoramento e seguimento de casos de maior risco, entre outras).

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Durante o primeiro semestre de 2020 o DCCI participou de importantes reuniões, seminários e congressos internacionais, de forma virtual, conforme definido mundialmente, seguindo o protocolo estabelecido em virtude da pandemia que atinge o planeta.

Essa participação tem se mostrado importante estratégia no alcance da meta estabelecida e no estabelecimento de políticas públicas para o enfrentamento do HIV/Aids, das IST e das HV no país.

5) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	5	Ter implementado a Rede de Resposta Rápida da Sífilis no Brasil nos municípios prioritários.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	Número de municípios com rede de resposta rápida implantada.	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	100% dos municípios prioritários com rede de resposta rápida da sífilis implementada até 2021.	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		8
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		0

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

(A1) Apoiar atividades de educação permanente para a implementação de ações nas redes de atenção à saúde:

Com o avanço da pandemia de coronavírus pelo mundo, a falta de previsão de retomada de atividades que preveem a concentração de um grande número de pessoas, e a necessidade de continuar investindo no enfrentamento da sífilis; a estratégia voltada para ações educacionais que inicialmente foi planejada em formato de Oficinas foi alterada para uma versão mais factível diante do cenário atual e com potencial de grande alcance.

Assim, o DCCI/Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), em parceria com a Sociedade Brasileira de Doenças Sexualmente Transmissíveis (SBDST) está desenvolvendo uma série de webconferências com temáticas relacionadas às infecções sexualmente transmissíveis para profissionais de saúde. A iniciativa busca divulgar amplamente as atualizações do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com IST (PCDT-IST) e discutir as condutas de diagnóstico e tratamento propostas no documento com os profissionais de saúde, universidades e gestores de Programas de IST, além de manter a rede de saúde aquecida para controle das infecções sexualmente transmissíveis mesmo em tempos da pandemia de Covid-19.

As transmissões serão realizadas até agosto de 2020, sempre às quartas-feiras, 16-17:30. O calendário executado até o final do período (30/06/2020) deste relatório incluiu os temas: T1. Vigilância epidemiológica da sífilis (06/05); T2. Sífilis adquirida (13/05); T3. Transmissão vertical/sífilis congênita (20/05); T4. Testes diagnóstico da sífilis (25/05); T5. Infecções que causam corrimento vaginal (27/05); T6. Infecções que causam cervicite (03/06); T7. Infecções que causam corrimento uretral (10/06); T8. Infecções que causam úlcera genital (17/06); e T9. Doença inflamatória pélvica (24/06).

O público alcançado nas webconferências citadas ultrapassou 7.000 acessos.

(A2) Desenvolver materiais técnicos de informação sobre conduta clínica, vigilância e prevenção em sífilis e em outros agravos sexualmente transmissíveis:

O Protocolo Clínico de Diretrizes Terapêuticas para pessoas com IST (PCDT-IST) foi revisado no semestre anterior e publicado em março de 2020. Este conteúdo está sendo utilizado para realização da série de webconferências temáticas relacionadas às infecções sexualmente transmissíveis.

Após contribuições sobre as IST na Carteira de Serviços da Atenção Primária, o DCCI apoiou também a elaboração do protocolo de enfermagem sobre IST que está sendo construído pela SAPS.

No fomento das discussões de HTLV está sendo planejada uma reunião online com o Comitê Técnico Assessor para o HTLV, com objetivo de construir um plano de trabalho para a construção do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para HTLV-1.

(A3) Apoiar atividades técnicas para a implementação das ações de Resposta Rápida à Sífilis e de outros agravos sexualmente transmissíveis na área de assistência, tratamento, diagnóstico, prevenção, vigilância, pesquisa e gestão:

Em decorrência da pandemia de COVID-19, as visitas técnicas programadas em territórios, com gestores locais e responsáveis pelo enfrentamento da sífilis, foram canceladas. Entretanto, o apoio tem ocorrido à distância por meio de ferramentas que tornam factível a indução de ações locais, indicando diretrizes e prioridades para implementação da estratégia, bem como apoiando a superação das dificuldades específicas de cada território.

(A4) Apoiar o monitoramento da agenda para o fortalecimento da vigilância e a redução da sífilis e de outros agravos sexualmente transmissíveis na área de assistência, tratamento, diagnóstico, prevenção, vigilância, pesquisa e gestão:

Para a execução desta ação, em substituição aos estudos de casos, este DCCI/SVS-MS realizou em novembro de 2019 a Reunião de Avaliação da Agenda de Ações Estratégicas para Redução da sífilis no Brasil 2017-2019 – construindo junto às entidades signatárias a avaliação das ações desenvolvidas e a proposição de novas estratégias de atuação que efetivem o cuidado integral aos casos de sífilis, destacando sífilis em gestantes, sífilis congênita e crianças expostas.

A Agenda de Ações Estratégicas para Redução da sífilis no Brasil 2020-2021 representa o compromisso brasileiro em articular ações de prevenção, promoção da saúde, cuidado integral, vigilância epidemiológica, educação permanente de trabalhadores da saúde sendo assinada por entidades parceiras listadas: Organização Pan-Americana de Saúde; Fundo das Nações Unidas para a Infância; Conselho Nacional de Secretários de Saúde; Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde; Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro; Secretaria de Saúde do Distrito de Distrito Federal; Centro de Referência e Tratamento de São Paulo; Fundação Oswaldo Cruz – Amazônia; Universidade de Brasília; Universidade de Fortaleza; Universidade Federal do Espírito Santo; Universidade Federal do Pará; Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade de Pernambuco; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Universidade Federal de Pelotas; Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará; Universidade Federal Fluminense; Conselho Federal de Medicina; Conselho Federal de Enfermagem; Conselho Federal de Farmácia; Sociedade Brasileira de Patologia Clínica; Sociedade Brasileira de Infectologia; Sociedade Brasileira de Pediatria; Associação Brasileira de Enfermagem; Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade; Sociedade Brasileira de DST; Sociedade Brasileira de Análises Clínicas; Câmara Brasileira de Diagnóstico Laboratorial; Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia.

Além desta iniciativa, indicadores de sífilis congênita, testagem de sífilis em gestantes e outros estão sendo monitorados em diversas programações e sistemas oficiais de monitoramento.

(A5) Apoiar intervenções de resposta à sífilis e outros agravos sexualmente transmissíveis na área de assistência, tratamento, diagnóstico, prevenção, vigilância e gestão:

Durante o período foram desenvolvidas atividades, com o apoio da OPAS, que permitiram o fortalecimento dos processos de qualificação da governança do Departamento no controle do HIV/Aids, das IST e das Hepatites Virais.

(A6) Apoiar intervenções de resposta à sífilis e em outros agravos sexualmente transmissíveis na área de pesquisa:

Estão sendo apoiados alguns estudos, conforme descrito a seguir:

6.1. Título: Infecção por *Treponema pallidum*, efetividade do tratamento para sífilis em diversas situações clínicas, importância da tipagem da bactéria para desfecho clínico-terapêutico e desempenho de testes sorológicos/diagnósticos.

Instituição: Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU (UFSC).

SUBPROJETO 1: Estudo epidemiológico molecular sobre fatores de risco associados à infecção por sífilis e as diferentes cepas do *Treponema pallidum* no Distrito Federal
Objetivo geral: Analisar os fatores de risco associados à infecção por sífilis e as diferentes cepas do *Treponema pallidum*.

SUBPROJETO 2: Tipagem de *T. pallidum* Obtido de Lesões Sugestivas de Sífilis Primária e Secundária com Solução de Continuidade em pacientes atendidos no Ambulatório de Dermatologia Sanitária. Objetivo geral: Realizar a tipagem de *T. pallidum* obtido de lesões sugestivas de sífilis primária e secundária.

SUBPROJETO 3: Acurácia de testes rápidos para o diagnóstico simultâneo da infecção por sífilis e HIV em gestantes, HSH e TS atendidas na rede de atenção à saúde do município de Belém estado do Pará, Brasil. Objetivo geral: Avaliar a acurácia de testes rápidos para o diagnóstico simultâneo da infecção por sífilis e HIV em gestantes, HSH e TS atendidas na rede de atenção a saúde do município de Belém estado do Pará, Brasil.

SUBPROJETO 4: Controle de qualidade de testagens não-treponêmicas e avaliação de conjuntos diagnósticos comercializados no Brasil Objetivo geral: Avaliar a qualidade de testagens não-treponêmicas e avaliar os resultados produzidos com conjuntos diagnósticos (kits) registrados na ANVISA e comercializados no Brasil em comparação ao kit referência internacional.

6.2. Título: Prevalência de *Treponema pallidum* subespécie *pallidum* em lesões anogenitais no Brasil e frequência da bactéria, ou da coinfeção, em relação a presença de outros agentes etiológicos.

Instituição: Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU.

Objetivo geral: Diagnosticar *Treponema pallidum* subespécie *pallidum* em lesões anogenitais no Brasil e verificar a frequência da bactéria, ou da coinfeção, em relação a presença de outros agentes etiológicos.

6.3. Título: Estratégias para viabilizar transporte mais econômico e ampliar os marcadores avaliados no Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade no Brasil para a rede de laboratórios de Sorologia para Sífilis e monitoramento das infecções pelo HIV e Hepatites Virais.

Instituição: Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU.

Objetivo geral: Padronizar e validar a liofilização de amostras de plasma ou soro para possibilitar o envio em temperatura ambiente nas rodadas práticas do Programa de Avaliação Externa da Qualidade para sorologia da Sífilis quantificação de carga viral (HIV, HCV e HBV) e genotipagem (HIV e HCV) para redução dos custos com transporte.

6.4. Título: Estudo de Prevalência da Sífilis e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis entre Travestis e Mulheres Transexuais no Brasil: Cuidado e Prevenção - Estudo ISTRANS.

Instituição: Centro de Estudos Leopoldo Ayrosa Galvão – CEALAG (USP)

Objetivo geral: Estimar a prevalência e fatores associados à sífilis e outras IST, especificamente: infecções causadas pelo HIV, *Neisseria gonorrhoeae* (NG), *Chlamydia trachomatis*(CT), Papiloma vírus humano (HPV), vírus da hepatite A (HAV), hepatite B (HBV) e hepatite C (HCV); bem como compreender os significados atribuídos à infecção por sífilis, entre travestis e mulheres trans (TrMT) de cinco capitais brasileiras.

6.5. Título: Ensaio clínico para avaliar a eficácia da cefixima no tratamento da sífilis precoce em mulheres não grávidas – Estudo CeBra.

Instituição: Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO

Objetivo geral: demonstrar a eficácia do uso da cefixima, 400 mg, administrado via oral, duas vezes ao dia por 10 dias consecutivos, medida pelo decréscimo de 4 vezes no título do exame Reagente Rápido Plasmático (RPR) desde o início até 6 meses após o tratamento.

Houve interrupção temporária de atividades de campo dos projetos por causa da pandemia de COVID-19, e as recomendações de distanciamento social. No entanto, alguns sítios estão retomando as atividades em julho.

Todavia, foi necessário solicitar aditivo de prazo, a fim de possibilitar a obtenção dos resultados esperados.

(A7) Apoiar a divulgação e produção de materiais de comunicação sobre sífilis e outros agravos sexualmente transmissíveis:

Foram impressas e distribuídas 3.000 unidades do PCDT-IST contendo as atualizações realizadas pelo Comitê Técnico Assessor das IST. As unidades impressas dos PCDT-IST foram direcionadas aos profissionais de saúde, coordenações estaduais de IST e parceiros da Agenda de Ações Estratégicas para Redução da sífilis no Brasil.

A partir da revisão do PCDT-IST, fluxogramas de IST para Atenção Primária foram elaborados para serem distribuídos a fim de qualificar a oferta de serviços voltados a prevenção, diagnóstico e tratamento das IST. Os mesmos encontram-

se em finalização e serão impressos no segundo semestre de 2020.

Foi definida como estratégia de comunicação sobre sífilis, a realização de uma exposição sobre sífilis. Com o tema “Sífilis: história, cultura e arte”, o objetivo dessa ação é integrar história, arte e ciências relacionadas a sífilis em uma narrativa que promova informação sensível para a população, principalmente jovens, profissionais de saúde, discentes e docentes das áreas da saúde, gestores e trabalhadores do SUS. Esta ação prevê a parceria da OPAS/OMS e UFRN, com objetivo de ampliar o alcance da capilarização das informações, por meio de itinerância pela América Latina, tradução das obras, inovações tecnológicas e intensa participação da comunidade acadêmica das áreas da saúde. A ação está em fase de planejamento e a expectativa é que seja realizada em 2021 em diversos espaços públicos.

Um chamamento público de radiodifusão foi definido como uma estratégia de comunicação sobre sífilis e teve início em 2019. O objetivo era selecionar trabalhos propostos por estudantes universitários das áreas de comunicação e/ou saúde, em três formatos: spot, podcast e reportagem; o tema destes trabalhos eram prevenção, tratamento, diagnóstico, educação entre pares, dentre outros, com foco em um dos seguintes públicos: jovens, gestantes e parcerias sexuais. O processo contou com a apresentação de 51 propostas, analisadas por 11 avaliadores da área da saúde e da comunicação pública. Com a participação de 18 estados, 35 municípios e 44 instituições de ensino superior, público e privado, de todas as regiões do país; destes, 16 trabalhos de 15 instituições serão disponibilizados permanentemente no site do Laboratório de Inovação da Gestão do SUS, do escritório da OPAS/OMS no Brasil. Este ano, foram eleitos os 6 melhores conteúdos. Logo que possível estes serão distribuídos em meios de radiodifusão nacionais, estaduais e municipais: rádios públicas, universitárias e comunitárias.

Foi realizada a Campanha de Prevenção das IST/Aids e gravidez na adolescência, no pré-carnaval. A ação foi divulgada no pré-carnaval do Rio de Janeiro de modo a contribuir com a prioridade de reduzir a mortalidade das pessoas vivendo com HIV e coinfeção TB/HIV.

(A8) Apoiar o processo de eliminação da transmissão vertical do HIV, HV e outras IST:

Em abril de 2019 foi criado o Núcleo de Transmissão Vertical como uma estratégia para respostas rápidas que fortalecessem a redução da TV da sífilis e das hepatites virais, bem como, buscassem a eliminação da TV do HIV.

Uma das nossas metas tem sido o fortalecimento de ferramentas que auxiliem aos estados e municípios na vigilância dessa gestante. Para isso, o Sistema de Monitoramento Clínico das Gestantes vivendo com HIV e com carga viral detectável é a mais nova ferramenta disponibilizada para que gestores e serviços de saúde identifiquem e acolham essas mulheres em tempo hábil a intervir positivamente na saúde delas e na prevenção da transmissão vertical do HIV.

Outra ferramenta que passou a ser disponibilizada aos serviços é um robusto Relatório de Monitoramento Clínico das Gestantes Vivendo com HIV que apresenta alguns indicadores sobre o perfil dessas gestantes no nosso país que, embora demonstrem ainda a necessidade de muito trabalho pela frente, também é evidente importante melhoria do cuidado à saúde dessas mulheres. Esse relatório, que será atualizado em breve, é mais uma importante fonte de informações qualificadas para que a gestão dos territórios se apropriem e as utilizem para a elaboração de um planejamento voltado para a prevenção da Transmissão Vertical do HIV. Os principais indicadores desse Relatório de Monitoramento Clínico das Gestantes Vivendo com HIV estão disponíveis em forma de gráficos e podem ser vistos a nível estadual e mesmo municipal através da página do Departamento.

O monitoramento dos municípios já certificados tem sido realizado de forma contínua. A avaliação dos indicadores de São Paulo, certificado em novembro de 2019, é acompanhada pela equipe do DCCI e, em junho de 2020 o município de Presidente Prudente candidatou-se ao processo de certificação. Tais documentos estão sendo analisados pela equipe, mesmo sabendo que o processo de conclusão dessa análise não se findará nesse ano. Foi programada a realização de um evento no primeiro semestre de 2020 para ampliação das informações sobre o processo de Certificação de Municípios para a Eliminação da Transmissão Vertical do HIV, sendo este, diretamente afetado pela pandemia de covid-19, dessa forma, o evento foi bloqueado no planejamento.

As dificuldades de visitas locais impedem que o processo de Certificação se efetive de fato, mas não há impedimento para que os municípios que estejam com seus processos prontos (indicadores referentes aos anos 2017, 2018 e 2019), possam apresentá-los ao Departamento para que possam ser analisados. A pandemia covid 19 interferiu no processo de visitas técnicas aos municípios que pretendiam se candidatar à Certificação, mas ações estratégicas estão sendo realizadas em relação à Certificação, como: atualização do Guia de Certificação, monitoramento contínuo dos municípios já certificados, análise documental do relatório do município de Presidente Prudente em São Paulo, atualização do Guia de Eliminação da Transmissão Vertical, fortalecimento dos grupos de trabalho com técnicos externos que compõem o processo de Certificação. Vale reforçar, que essa ação, portanto, deverá ser realizada com base em estratégias novas como reuniões virtuais, entrevistas por telefone, entre outras para que o processo de

Certificação seja realizado nos próximos anos, após o impacto da covid-19.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Em virtude da pandemia pelo Covid-19 e da publicação de decretos estaduais e municipais que levaram à medidas de isolamento social em todo Brasil, muitas atividades foram suspensas ou adiadas, levando o MS e a OPAS/OMS repensar estratégias e replanejar ações para o 2º semestre, com o objetivo de focar na mitigação de medidas que fortaleçam a continuidade de ações e serviços, especialmente direcionados à manutenção da rede de atenção à saúde dos usuários e populações-chave (revisão de fluxos, abastecimento e distribuição de medicamentos/insumos de prevenção, monitoramento e seguimento de casos de maior risco, entre outras).

Nessa perspectiva, a prorrogação dos prazos para finalização dos projetos de pesquisas em sífilis foi aprovado até julho de 2021, com a orientação de ajustes das necessidades nos respectivos cronogramas e documentos das cartas acordo, assim como a criação de um grupo de trabalho com representação do DCCI/MS, OPAS/OMS e instituições beneficiárias, para acompanhamento técnico do desenvolvimento dos estudos e a realização de pelo menos 1 visita técnica nos sítios principais dos estudos, a partir de 2021.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

A realização de atividades educacionais que divulgam o PCDT e orientam profissionais de saúde na qualificação dos processos de trabalho são fundamentais para que os serviços que compõe a rede de saúde sejam mais efetivos na resposta de enfrentamento da sífilis.

Protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, carteiras de serviços e outros instrumentos oficiais são normativas que regulamentam os processos de trabalho e qualificam os serviços ofertados, ampliando acesso e definindo critérios e condutas que visam a efetividade do tratamento. Por estes motivos, finalizar a revisão do PCDT-IST, contribuir com a construção da carteira de serviços da Atenção Primária em Saúde e com o protocolo de enfermagem, foi fundamental para dar sustentabilidade às ações de enfrentamento das IST, no âmbito das definições das políticas públicas de saúde.

A construção de uma agenda estratégica para redução da sífilis no Brasil, em conjunto com instituições parceiras nesse enfrentamento é uma ação que fortalece as políticas públicas, cria sustentabilidade institucional para as ações e fortalece a implicação destes parceiros no combate à sífilis. A expectativa é que essa agenda seja avaliada e monitorada a cada ciclo, fortalecendo processos de trabalho e reduzindo as dificuldades na vigilância, prevenção, diagnóstico e tratamento das IST.

A execução e monitoramento das cartas acordo, com a parte da cooperação técnica OPAS/OMS Brasil, que subsidiam as pesquisas definidas para enfrentamento da sífilis possibilitam a análise de aspectos que interferem na vigilância deste agravo, trazendo informações e propostas para melhoria das estratégias de combate à doença.

Ainda como parte da construção técnica da OPAS/OMS Brasil contribuindo para o desenvolvimento de ferramentas e capacidades educacionais, iniciou-se no primeiro semestre o planejamento do curso auto instrucional sobre transmissão vertical (HIV, sífilis e hepatite B) voltado para profissionais de saúde da atenção básica, de maternidades e gestores das SES/SMS. Esse trabalho coletivo entre DCCI e OPAS, que envolve a formulação do projeto político-pedagógico e intencionalidades educacionais, e posterior aprovação de carta acordo e disponibilização do curso propriamente dito em plataforma virtual, terá seus desdobramentos durante o segundo semestre de 2020. A instituição beneficiada será a Rede UNA-SUS.

Finalmente, sobre as ações em prol da eliminação da transmissão vertical e de acordo com os últimos dados disponíveis, temos hoje 161 municípios elegíveis para iniciar o processo de certificação da TV do HIV, de acordo com os indicadores propostos (municípios com população acima de 100 mil habitantes; possuir entre os anos de 2016 e 2018 taxas de detecção iguais ou menores que 0,3 por 1000 nascidos vivos e; possuir taxas menores que 2% de crianças expostas ao HIV que soroconverteram, entre os anos de 2016 e 2018, nos bancos do Siscel), assim distribuídos: AC = 1; AL = 1; AM = 1; AP = 1; BA = 12; CE = 6; ES = 4; GO = 8; MA = 3; MG = 19; MS = 2; MT = 4; PA = 8; PB = 1; PE = 4; PI = 1; PR = 11; RJ = 11; RN = 2; RO = 2; RS = 4; SC = 5; SE = 2; SP = 47; TO = 1; Total de 161 municípios em 25 dos 27 estados.

A Certificação da Eliminação da Transmissão Vertical de Sífilis está sendo elaborada com critérios e indicadores específicos, baseada na última versão das diretrizes da Opas/OMS mas com algumas adaptações para realidade brasileira. A previsão é que a proposta esteja disponibilizada em agosto para contribuições das áreas do DCCI, além de outros Departamentos e Secretarias do MS. A partir disso, será solicitada a lista atualizada de possíveis municípios

elegíveis ou que estejam prestes à eliminação.

3.2 RESUMO SEMESTRAL: 1º SEMESTRE

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1	3	0	0	50%
2	4	0	0	40%
3	3	0	1	60%
4	8	3	1	50%
5	8	0	0	50%
Total:	26	3	2	50%

4. 2º SEMESTRE DE 2020

4.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	1	Ter apoiado e fortalecido os processos de qualificação da governança do Departamento de IST/Aids e Hepatites Virais, nas instâncias do SUS
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	Número de ações de governança realizadas anualmente	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	Aumento de 20% de ações de governança realizadas no último Termo Aditivo.	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	3	
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	3	

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

(A1) APOIAR INTERVENÇÕES NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA, VIGILÂNCIA, TRATAMENTO, DIAGNÓSTICO, PREVENÇÃO, PESQUISA E GESTÃO:

Durante o segundo semestre foram desenvolvidas atividades, com o apoio da OPAS, que permitiram o fortalecimento dos processos de qualificação da governança do Departamento no controle do HIV/Aids, das IST e das Hepatites Virais. Essas atividades podem ser traduzidas pelo trabalho contínuo dos consultores por produto contratados. Apenas no segundo semestre de 2020, 57 consultores foram financiados pelo TC, para atuação em diferentes áreas, para o desenvolvimento de tecnologias e ferramentas metodológicas de gestão, aprimorando os processos de trabalho em diversas áreas do Departamento e para o apoio aos estados e municípios. No mesmo período foram celebrados 27 contratos com pessoas jurídicas e elaboradas 34 Cartas-Acordo para realização de atividades em diversas áreas de fundamental importância para o sucesso na implementação das estratégias e políticas propostas pelo DCCI.

(A2) REALIZAR APOIO, OFICINAS E SUPERVISÕES NAS SES, SMS, OSC E OUTROS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIAS DE GESTÃO, COMUNICAÇÃO, GERENCIAMENTO E COOPERAÇÃO INTERFEDERATIVA:

A exemplo do que havia ocorrido no primeiro semestre, todas as modalidades de reuniões presenciais agendadas para o segundo semestre foram suspensas nos três níveis de governo, seguindo as medidas de isolamento social em decorrência da pandemia de COVID-19. Porém o apoio às SES, SMS, OSC e outros órgãos governamentais foi realizado através de reuniões virtuais e publicação de documentos normativos orientando os interessados na implementação de tecnologias de gestão, comunicação, gerenciamento e cooperação interfederativa. Durante o período foram realizadas várias reuniões on line de coordenação com os gestores estaduais e municipais de capitais para coordenação de ações para mitigação da pandemia do COVID-19 na resposta às IST, HIV e Hepatites, incluindo acompanhamento das ações de ampliação do autoteste para HIV e dispensação de ARV pra 60 e 90 dias.

(A3) APOIAR AÇÕES E ATIVIDADES TÉCNICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS NAS ÁREAS DE ASSISTÊNCIA, VIGILÂNCIA, TRATAMENTO, DIAGNÓSTICO, PREVENÇÃO, PESQUISA E GESTÃO:

Durante o segundo semestre foram realizadas atividades com participação de técnicos do DCCI e colaboradores externos que contribuiriam nas áreas de assistência, vigilância, tratamento, diagnóstico, prevenção, pesquisa e gestão. Porém, assim como na ação anterior, as atividades presenciais foram suspensas nos três níveis de governo, seguindo as medidas de isolamento social em decorrência da pandemia de COVID-19. Vale destacar ainda a construção de uma agenda entre DCCI, OPAS Brasil e WDC, a partir de uma série de reuniões temáticas em HIV, IST, Hepatites Virais, Tuberculose, com estratégias prioritárias para OPAS e DCCI para 2021 a serem desenvolvidas no âmbito de cooperação técnica, tais como a implementação do Plano de Aceleração nas Fronteiras, retomada da implementação do plano de expansão da PrEP, suporte pela OPAS ao DCCI na discussão sobre uma reunião regional sobre HTLV,

suporte da OPAS nas ações para envolvimento da APS e dos enfermeiros no cuidado das HV desenvolvidas pelo DCCI, bem como nas discussões da agenda de Micro-Eliminação de Hepatite C, suporte nas ações de fortalecimento dos Comitês de Investigação de TV, dentre outras.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Em virtude da pandemia pelo COVID-19 e da publicação de decretos federais, estaduais e municipais que levaram à medidas de isolamento social em todo Brasil, muitas atividades foram suspensas ou adiadas no segundo semestre, assim como já havia ocorrido no primeiro semestre, levando o MS e a OPAS/OMS a repensar estratégias e replanejar ações, com o objetivo de focar na mitigação de medidas que fortaleçam a continuidade de ações e serviços, especialmente direcionados à manutenção da rede de atenção à saúde dos usuários e populações-chave (revisão de fluxos, abastecimento e distribuição de medicamentos/insumos de prevenção, monitoramento e seguimento de casos de maior risco, entre outras).

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

O processo de gestão e governança do Departamento vem sendo aperfeiçoado, fortalecendo os mecanismos de planejamento e os instrumentos de monitoramento e avaliação.

Destaca-se o apoio político e programático para o bom desempenho das ações de articulação com as demais instâncias competentes do SUS assim como nos corpos diretivos da OPAS/OMS. Devido ao impacto da pandemia no PTA inicialmente elaborado, foi necessário atualizar o PTA na metade do ano, para identificar novas ações em virtude daquilo que não era possível implementar em decorrência das medidas de isolamento e limitações de viagens. Nesse sentido, foram realizadas várias reuniões de coordenação entre OPAS e DCCI para monitoramento contínuo do TC, avaliação e implementação do plano de aceleração, visando sua execução na totalidade até julho de 2021. Foi concordado entre as partes (MS e OPAS) realizar avaliação final para o encerramento do TC 66.

2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	2 Ter apoiado e ampliado estratégias de prevenção combinada para o enfrentamento do HIV/aids, IST e Hepatites Virais e coinfeções na população geral e nas populações-chave em âmbito nacional.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Proporção de PVHA que foram diagnosticadas em TARV/Ano; Número de portadores de hepatites C tratados com novos medicamentos antivirais; Número de testes de sífilis realizados por gestantes usuárias do SUS.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	90% das PVHA que foram diagnosticadas em TARV até 2021; Ampliar em pelo menos 60% o número de tratamentos para portadores de Hepatites C, até 2021; Ampliar para dois testes de sífilis por gestante até 2021.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	4
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	4

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

(A1) APOIAR AÇÕES DA AGENDA ESTRATÉGICA DE AMPLIAÇÃO DO ACESSO E CUIDADO INTEGRAL DAS POPULAÇÕES CHAVE EM HIV, HV E OUTRAS IST:

Devido ao contexto da pandemia do COVID-19, as atividades previstas para o segundo semestre 2020 foram reprogramadas para ocorrerem em formato virtual.

No segundo semestre o DCCI colaborou tecnicamente com OPAS para implementação de um projeto de prevenção combinada para população migrante da Venezuela em abrigos da Operação Acolhida em Boa Vista e Pacaraima com fundos de UNAIDS. Dentre as ações realizadas, temos uma oficina de prevenção combinada para gestores e profissionais de saúde, rodas de conversa de prevenção combinada nos abrigos para imigrantes venezuelanos em Boa Vista e Pacaraima através de lideranças comunitárias dos próprios abrigos contratadas pelo projeto, implementação de atividades de prevenção combinada para profissionais do sexo e população trans, com distribuição de autotestes para HIV, em parceria com lideranças e ONG locais e elaboração de folder de prevenção combinada bilíngue (português-espanhol). Apesar de não terem sido financiadas pelo TC66, tais atividades estão alinhadas aos objetivos e prioridades do TC e atuam de forma complementar às suas ações, incluindo as ações de assistência técnica a programa de HIV/Aids e IST do estado de Roraima e municípios de fronteira..

No que se refere a cooperação com parceiros, foi mantida no segundo semestre a articulação com o Departamento de Promoção da Saúde (DEPROS/SAPS/MS) por meio da equipe do Programa Saúde na Escola (PSE) com o objetivo de fomentar as ações de prevenção dirigidas a adolescentes e jovens no âmbito dos trabalhos desenvolvidos no coletivo técnico do PSE, bem como articulação com o DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional – em discussões de Grupo de Trabalho sobre Saúde Prisional para a elaboração de um Acordo de Cooperação Técnica para orientar ações relacionadas aos agravos do DCCI nas unidades prisionais e estabelecer um sistema de levantamento de dados que possa apoiar a tomada de decisões para ambos os partícipes.

(A2) APOIAR PROJETOS PILOTO PARA A REORGANIZAÇÃO DOS CTA:

No segundo semestre de 2020 foi dada continuidade ao trabalho conjunto para a reestruturação dos seguintes CTA no âmbito desse Projeto:

- CTA Carlos Ribeiro: Fortaleza / CE
- Complexo de Doenças Crônicas Transmissíveis: São José do Rio Preto / SP
- CTA Lira: São Luís / MA
- CTA Claydson Rodrigues: Belém / PA
- CTA de Fronteira: Corumbá / MS
- CTA Santa Marta: Porto Alegre / RS
- CTA Itamaraty: Rondonópolis / MT

No segundo semestre o trabalho esteve focado no apoio aos municípios para concluir os processos de prorrogação dos prazos dos contratos vigentes, e nessa perspectiva, inclui-se a reavaliação das ações e atividades que concretamente podem ser executadas até julho 2021, conseqüentemente a necessidade de remanejamentos e ajustes dos elementos de despesa. Tal investimento nesse processo se faz necessário por conta: (1) da interrupção de boa parte das atividades programadas no plano de trabalho em função da pandemia da COVID-19, que ocorreu em datas distintas em cada um dos sete municípios beneficiados em que os projetos demonstrativos se desenvolvem, e (2) do período eleitoral que impediu a contratação de serviços, em virtude da Lei Eleitoral Nº 9.504/97 e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

(A3) REALIZAR OFICINA DE AVALIAÇÃO PARCIAL DOS RESULTADOS DO PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO DOS CTA:

Foram realizados encontros virtuais de avaliação parcial dos resultados do Projeto de Reestruturação dos CTA, conforme indicado:

- Setembro/2020: Videoconferência com os municípios para compartilhamento da situação atual dos projetos no contexto da pandemia do COVID-19 dentre outros desafios; diálogo sobre o cenário atual dos planos de implementação de 4 municípios, suas principais dificuldades e avanços considerando o contexto do COVID-19 e outras questões do território; definição de agenda mensal de encontros virtuais para compartilhamento das ações e definição de estratégias coletivas para execução/qualificação dos projetos; apresentação da proposta do Laboratório de Inovação pela OPAS.

- Outubro/2020: Videoconferência em 06/10 com os CTA para compartilhamento da situação atual da implementação dos projetos; diálogo sobre as experiências de reorganização dos CTA, implementação dos projetos e superação dos desafios locais e gerais, a partir do compartilhamento de estratégias e do status do plano de implementação de três projetos. Ainda em outubro (20/10), foi realizada videoconferência de alinhamento de conceitos e ferramentas de comunicação com a condução da OPAS com o objetivo de explicitar como será realizado o trabalho colaborativo com os municípios nessa pauta; identificar iniciativas potenciais para o Laboratório de Inovação; e trocar experiências com os municípios sobre a produção de conhecimentos no contexto da comunicação em saúde. Esse trabalho terá desdobramentos no primeiro semestre de 2021, com a produção de peças de comunicação, documentários e estudos de caso, onde juntos farão parte do Laboratório de Inovação dos projetos de reorganização dos CTA.

- Novembro/2020: Videoconferência com os CTA para apresentação e discussão a respeito das modificações realizadas no sistema de informação e Formulário de Atendimento do CTA.

(A4) REALIZAR COOPERAÇÃO HORIZONTAL NO ÂMBITO DOS PROJETOS DEMONSTRATIVOS DOS CTA:

Devido a pandemia de COVID-19, o que levou estados e municípios a tomarem medidas de isolamento social, muitas atividades foram suspensas, sendo muitas ações dos projetos prejudicadas. Essa nova realidade levou o DCCI a repensar estratégias e replanejar ações para o 2º semestre, incluindo a Cooperação Horizontal.

Em setembro de 2020 foram discutidas alternativas para a Cooperação Horizontal. Os territórios foram consultados sobre a viabilidade de realizar encontros virtuais com os trabalhadores em 2021. As linhas temáticas da Cooperação foram discutidas e atualizadas e foi encaminhado como proposta metodológica a realização de encontros virtuais a partir das seguintes linhas temáticas, tendo como público alvo os trabalhadores dos CTA, a partir de fevereiro de 2021:

- 01: Acesso, acolhimento, abordagem, retenção, vinculação, testagem, aconselhamento, gerenciamento de risco e cuidado das populações-chave;
- 02: Organização dos processos de trabalho, fluxo de atendimento, interdisciplinaridade, Educação Permanente;
- 03: Cuidado compartilhado e apoio matricial para Atenção Primária; e
- 04: Ações extramuros e articulação com sociedade civil.

Outra frente da Cooperação Horizontal é a implantação do Laboratório de Inovação (LI) do CTA. O LI propõe a sistematização de um conjunto de evidências práticas e experiências inovadoras na saúde, com objetivo de transformar o conhecimento tácito em conhecimento explícito, além de promover a troca de informações entre municípios mediante a construção de redes sobre um tema comum. Os objetivos em relação aos projetos demonstrativos dos CTA são:

- 1 - Identificar boas práticas de saúde produzidas pelos CTA Piloto em prol do fortalecimento da Política Nacional de Reorganização dos CTA. Portanto, extrapola a discussão sobre a execução dos recursos financeiros das LOAS/Cartas Acordo.
- 2 - Dar visibilidade as ações discutidas nas rodadas quinzenais de acompanhamento dos projetos técnicos, identificando as boas práticas/ inovações potenciais de serem reunidas em um Laboratório (gestão/produção de conhecimento).
- 3 - Publicitar as (re)modelagens de serviços em construção para servir de “espelho” e inspiração para outros CTA no Brasil, especialmente na 2ª fase de expansão dos projetos.

Hoje o Laboratório de Inovação está em fase de construção do layout da página virtual.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Em virtude da pandemia pelo COVID-19 e da publicação de decretos federais, estaduais e municipais que levaram à medidas de isolamento social em todo Brasil, muitas atividades foram suspensas ou adiadas, levando o MS e a OPAS/OMS a repensar estratégias e replanejar ações, com o objetivo de focar na mitigação de medidas que fortaleçam a continuidade de ações e serviços, especialmente direcionados à manutenção da rede de atenção à saúde dos usuários e populações-chave (revisão de fluxos, abastecimento e distribuição de medicamentos/insumos de prevenção, monitoramento e seguimento de casos de maior risco, entre outras).

Ao longo de 2020, em decorrência da pandemia pelo COVID-19, foi observado uma redução da ordem de 20% no número de casos novos de HIV diagnosticados e que iniciaram TARV em 2020 em comparação a 2019. Foi observada também uma redução de 15% no número de dispensações de PrEP. Uma estratégia importante para mitigar o impacto da pandemia nas ações de prevenção combinada foi o lançamento pelo DCCI da estratégia nacional de testagem focalizada, com forte expansão do autoteste para o HIV, com aumento de cerca de 247% na utilização mensal de autotestes pelos estados e municípios. Para a manutenção dos usuários de PrEP durante a pandemia, foi liberada pelo DCCI a dispensação de PrEP para 120 dias em todo o país e a utilização de autoteste para o seguimento dos usuários de PrEP, de modo que eles não precisaram comparecer aos serviços de saúde para fazer suas testagens regulares. Ainda sobre os CTA, uma das maiores dificuldades que afetaram todos os projetos durante o período foi o atraso nas aquisições de equipamentos e contratações de pessoa física e jurídica, considerando que o planejamento estratégico das SMS tiveram como foco quase que exclusivo à contenção da epidemia pelo COVID-19 no Brasil por um tempo maior que o esperado, deixando em segundo plano todas as tramitações administrativas ligadas a outros projetos. Além disso, houve também o período eleitoral que, em virtude da Lei Eleitoral Nº 9.504/97 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, impediu a contratação de serviços e prejudicou a implementação durante o segundo semestre. Para dar seguimento e apoio próximos às SMS, foram feitas reuniões virtuais frequentes. Além disso, foram prorrogadas 12 LOAs até o fim do período de execução do TC de modo a possibilitar sua implementação com tempo suficiente para tal. Nesse sentido, merece destaque uma LOA estruturada com FioCruz para a realização de ciclo de

debates sobre vacinas para HIV e cura funcional, que deverão ocorrer em 2021.

c) **Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:**

As ações programadas neste PTS impactarão diretamente no alcance do resultado esperado, principalmente o projeto de reestruturação dos CTA, com a definição do novo papel desse importante equipamento de prevenção nas populações mais vulneráveis e no alcance das metas e indicadores programados. Foi fundamental a coordenação estabelecida entre o DCCI e a OPAS/OMS Brasil no permanente diálogo com as Secretarias Municipais de Saúde durante a pandemia, na busca de definir soluções concretas para as dificuldades apresentadas ao longo do período, em que pese os desafios locais relativos aos procedimentos administrativos para a implementação das atividades planejadas.

3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	3 Ter ampliado a capacidade nacional da vigilância e de produção e análise de informação estratégica, baseada em evidência, relativa ao HIV/aids, Hepatites Virais e IST na linha para por fim à epidemia até 2030.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Número de municípios elegíveis que alcançaram o critério de certificação para eliminação da TV da sífilis; Número de municípios elegíveis que alcançaram o critério de certificação para eliminação da TV do HIV.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	100% dos municípios elegíveis certificados para eliminação da Transmissão Vertical da sífilis; 100% dos municípios elegíveis certificados para eliminação da Transmissão Vertical do HIV.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	3
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	3

a) **Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:**

(A1) APOIAR A PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS, SUPLEMENTOS, PERIÓDICOS INDEXADOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS PARA A DIVULGAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA RESPOSTA BRASILEIRA ÀS IST, AO HIV/AIDS E ÀS HV:

No segundo semestre foi dado seguimento ao desenvolvimento, a nova edição do anuário de pesquisa: "Inventário e catalogação das pesquisas oriundas dos editais públicos realizados pelo Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais e Parcerias Institucionais entre 2017 e 2020", para publicação no primeiro semestre de 2021.

(A2) DESENVOLVER MATERIAIS TÉCNICOS DE INFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE IST, HIV/AIDS E HV:

No segundo semestre de 2020 foram desenvolvidos os seguintes materiais:

- PCDT IST - Confecção de 3.000 unidades
- Boletim Epidemiológico de Hepatites Virais (500 unidades)
- Contratação de serviços para diagramação, conversão XML e marcação no padrão SciELO da Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde (RESS).
- Contratação de serviços para confecção da publicação "Cartilha A, B, C, D e E das Hepatites Virais" - Grade de distribuição - 24/08/2020 (10.000 unidades).
- Contratação de serviços de impressão de kits de cartazes sobre fluxograma de ações profiláticas da transmissão vertical para maternidades (TRANSMISSÃO VERTICAL)
- Fluxogramas para o manejo clínico das infecções sexualmente transmissíveis - ilustração, diagramação e arte

finalização e Impressão
- Boletim de HIV/Aids 2020

No segundo semestre foi publicado pela OMS o Study Protocol: Taylor, M.M., Kara, E.O., Araujo, M.A.L. et al. Phase II trial evaluating the clinical efficacy of cefixime for treatment of active syphilis in non-pregnant women in Brazil (CeBra). BMC Infect Dis 20, 405 (2020). <https://doi.org/10.1186/s12879-020-04980-1>.

(A3) APOIAR ESTUDOS E COOPERAÇÃO TÉCNICA NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA, TRATAMENTO, DIAGNÓSTICO, PREVENÇÃO, VIGILÂNCIA, PESQUISA E GESTÃO:

Encontra-se em andamento o seguinte estudo:

Título: Estudo COMBINA!

Instituição: Fundação Faculdade de Medicina – USP

Objetivo geral: “Uso da profilaxia pré-exposição sexual (PrEP) por pessoas com alta exposição e vulnerabilidade ao HIV no contexto dos serviços de saúde brasileiros-Projeto Combina-Fase 3, que tem por finalidade avaliar se a adoção de um protocolo de seguimento que conjuga avaliações clínicas à distância e presencial possibilitará melhorar as taxas de retenção e de uso regular da Profilaxia Pré-exposição ao HIV (PrEP); e a aceitabilidade, a segurança e o grau de proteção do uso de PrEP sob demanda, quando ofertado no contexto de serviços públicos brasileiros. Seus resultados irão subsidiar a atualização do PCDT e PreP do MS bem como o plano de expansão da PrEP, cuja implementação teve que ser adiada para 2021 por conta da pandemia do COVID-19 em 2020.

Produtos entregues até junho/2020:

- Desenvolvimento da ferramenta utilizando inteligência artificial (denominada Amanda Selfie) que será utilizada para auxiliar participantes na adesão à PrEP sob demanda. Recentemente o aplicativo passou por uma fase de ajustes nos fluxos de interação, visando a identificação de jovens com maior risco de infecção por HIV, assim como foram incluídos novos módulos para auxiliar pessoas a utilizarem PrEP, no que diz respeito à tirar dúvidas, auxiliar a adesão, identificar situações que demandam consultas clínicas, como evento adverso e suspeita de IST e orientar como lidar com questões de violência, discriminação ou outras situações sociais que violam direitos e comprometem o uso da profilaxia;
- Descrição do perfil dos usuários que escolheram a PrEP sob demanda na fase inicial da oferta da profilaxia. Nessa análise poderá ser observado que aqueles que escolheram a PrEP sob demanda possuem um perfil com menor risco à infecção por HIV, quando comparados aos participantes que procuram PEP e PrEP para uso contínuo.
- Finalização do protocolo clínico de PrEP sob demanda, da cartilha para usuários/as e do guia para profissionais de saúde. A versão eletrônica foi encaminhada para todos/as os/as profissionais envolvidos/as no projeto, como pesquisadores/as, gestores/as, profissionais de saúde de todos os serviços participantes. Além disso, a versão impressa, que compreende 900 cartilhas e 100 guias, estão disponíveis para os/as profissionais ligados/as diretamente ao atendimento e usuários/as desde o início de março;
- Desenvolvimento de fluxos de interações para duas situações: 1. adesão em situações em que o participante iniciou o esquema sob demanda com a ingesta dupla (PrEP sob demanda) e/ou a transição do uso de esquemas sob demanda para esquema diário. Atualmente, esses novos fluxos estão em fase de homologação, na qual inclui avaliações qualitativas, com participantes do estudo, que são convidados/as a experimentarem as novas funcionalidades e, posteriormente, são entrevistados/as por pesquisadores/as sobre suas percepções e experiências de uso. Os resultados da avaliação servirão para o desenvolvimento da versão final;
- Desenvolvimento da plataforma on-line de gerenciamento de PrEP sob demanda e de PrEP à distância. O sistema consiste num aperfeiçoamento do sistema de informação do Ministério da Saúde utilizado na logística e monitoramento do uso antirretrovirais, denominado de Sistema de Controle Logístico de Medicamentos (SICLOM). Fase atual da plataforma: Várias reuniões foram realizadas entre a equipe responsável pelo desenvolvimento da plataforma e coordenação do estudo entre os meses de fevereiro a junho de 2020 e uma versão preliminar da interface já foi apresentada e avaliada.

O projeto apresentava, em julho de 2020, execução de mais de 80% da parcela anterior repassada à instituição (sic financeiro) e tinha previsão de término em dezembro de 2020. Porém, em virtude da pandemia de COVID-19, a referida Carta-Acordo foi prorrogada até julho de 2021. Foram desenvolvidos o protocolo e formulários para a oferta da PrEP sob demanda e encontra-se em andamento a implementação dos serviços de PrEP à distância e PrEP sob demanda.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Houve interrupção temporária de atividades de campo dos projetos por causa da pandemia de COVID-19, e as

recomendações de distanciamento social. No entanto, alguns sítios retomaram as atividades de campo em julho. As demais atividades dos projetos não foram interrompidas.

Todos os projetos encontram-se em execução, conforme previsto nas Cartas Acordo. Todavia, foi necessário solicitar aditivo de prazo, devido à pandemia, a fim de possibilitar a obtenção dos resultados esperados.

Os projetos de pesquisa sobre sífilis tiveram prorrogação de vigência até julho de 2021, e assim, poderão dar continuidade à execução dos cronogramas de trabalho já readequados.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

No segundo semestre de 2020, o Núcleo de Transmissão Vertical do DCCI manteve a realização de ações de incentivo, manutenção e acompanhamento dos comitês de investigação dos casos de transmissão da sífilis congênita; a ampliação ao acesso oportuno ao medicamento Tenofovir para uso das gestantes com Hepatite B, via Unidades Dispensadoras de Medicamentos, com o objetivo da prevenção da TV da hepatite B; a realização de videoconferências com estados para fomento das ações de prevenção da transmissão vertical, inclusive fomento ao processo de Certificação da Eliminação da Transmissão Vertical do HIV; e o apoio técnico aos estados e municípios que estejam se preparando para o processo de Certificação, além de análise documental e visita técnica nos municípios candidatos. Além disso, foram realizadas discussões on line com estados sobre as ações de prevenção da TV, que forma impactadas pela pandemia do COVID-19, bem como sobre o funcionamento dos comitês de TV e a implementação do SIMC gestantes.

4) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	4 Ter ampliado e apoiado o desenvolvimento de ações de cooperação internacional em saúde nos temas de HIV/Aids, Hepatites Virais, IST e coinfeccções.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Número de iniciativas de cooperação horizontal implementadas.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	Ampliar e implementar para mais 05 iniciativas de cooperação horizontal.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	4
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	4

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

No segundo semestre deste ano, o Uruguai ocupou a Presidência Pro-tempore (PPT) do bloco e a reunião presencial ordinária da Comissão Intergovernamental de HIV/Aids (CIHIV) não aconteceu, assim como durante a PPT do Paraguai, no primeiro semestre do corrente ano.

Não houve debate específico no âmbito da CIHIV, neste ano. No entanto, o espírito de cooperação mútua, que é ponto forte do bloco e da referida Comissão, manteve-se presente neste período de crise global. Nesse sentido, destacam-se as doações em caráter de ajuda humanitária realizadas pelo Brasil aos países do bloco. Neste ano, foram concluídas doações de antirretrovirais (ARVs) ao Paraguai e antivirais à Argentina e ao Uruguai e encontram-se em tramitação doação de ARVs para o Uruguai, nova doação de ARVs e testes rápidos de sífilis e de HIV (de fluido oral) para o Paraguai e de testes rápidos convencionais de HIV para a Argentina. Ressalta-se que essas doações não comprometem o abastecimento nacional. Além disso, o Ministério da Saúde, por meio do DCCI, estabeleceu, de forma célere, orientações para o fluxo de atendimento, prescrição e dispensação de antirretrovirais para estrangeiros, que ainda não haviam conseguido retornar aos seus países de origem. Sendo assim, ofício contendo o fluxo de dispensação de ARVs a estrangeiros foi entregue ao Ministério das Relações Exteriores e este, por sua vez, distribuiu as orientações a todo Corpo Consular Estrangeiro no Brasil.

Nessa perspectiva, entende-se que mesmo que a reunião presencial não tenha ocorrido, houve manutenção das frutíferas relações de cooperação internacional, que são os alicerces desse bloco.

(A1) APOIAR A REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO TÉCNICO CIENTÍFICO BRASIL-FRANÇA E OUTRAS ATIVIDADES DA COOPERAÇÃO, E (A3) APOIAR A REALIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA CIENTÍFICA BRASIL/FRANÇA, PARIS/FRANÇA:

A Cooperação Brasil-França é a mais antiga que o Brasil desenvolve na área de HIV e hepatites virais (em 2020, comemoram-se 30 anos), e visa a qualificação de profissionais brasileiros e o fortalecimento das respectivas respostas nacionais aos agravos supramencionados.

Em 2020, em decisão conjunta, os coordenadores da Cooperação Brasil-França, com apoio da Embaixada da França no Brasil, decidiram suspender, temporariamente, algumas das atividades da cooperação, quais sejam o envio de estagiários brasileiros à França neste ano e a realização presencial do Seminário Brasil-França, previsto para novembro de 2020, em razão da pandemia de COVID-19.

De todo modo, como o processo de seleção dos estagiários já se encontrava em andamento no início de 2020, quando a emergência em saúde pública de importância internacional foi decretada, os coordenadores da cooperação mantiveram o processo, o qual se encontra concluído. Espera-se que os cinco candidatos aprovados no pleito possam realizar os estágios em instituições francesas, em 2021, em período ainda a ser definido.

Em relação ao Seminário Técnico-Científico Brasil-França, realizou-se, nos dias 16, 18 e 24 de novembro, a 27ª edição desse encontro, em formato digital. O evento foi organizado em três ciclos de debates, de três horas de duração cada, e os temas discutidos foram: “A vigilância em saúde e políticas públicas no contexto da pandemia de COVID-19” (conferência de abertura); o “HIV e o envelhecimento”; a “Sobrevivência de pacientes com HIV e aids no Brasil”, no primeiro dia de encontro; “As boas práticas na atenção ao HIV”, no segundo dia; e a “A eliminação das hepatites B e C”, no terceiro e último dia. O evento contou com a participação do Secretário de Vigilância em Saúde, Arnaldo Correia de Medeiros, e de Jean François Delfraissy, presidente do Comitê Nacional de Ética e Presidente do Conselho Científico da COVID-19 da França, como conferencistas de abertura dos debates. Ademais, nos três dias de encontro, além da participação de pesquisadores brasileiros e franceses, contou-se com uma audiência virtual composta de profissionais da saúde, gestores da saúde, bem como de ex-estagiários do programa de cooperação.

(A2) APOIAR A REALIZAÇÃO DO 12º CONGRESSO DE HIV/AIDS, 5º CONGRESSO DE HV, 1º CONGRESSO DE IST, 5º CONGRESSO DE TUBERCULOSE E 1º CONGRESSO DE HANSENÍASE:

Esses Congressos foram previstos inicialmente para o segundo semestre de 2019 e transferidos para 2020. Porém, em razão da pandemia da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19), novas datas estão sendo programadas para 2021, para acontecerem em formato virtual para todo Brasil, incluindo o apoio para a realização dos XIII Congresso da Sociedade Brasileira de DST; IX Congresso Brasileiro de Aids e IV Congresso Latino Americano de IST / HIV / AIDS, em parceria com DCCI/MS e OPAS/OMS Brasil, também em formato virtual previsto para junho de 2021.

(A3) PARTICIPAR DO UNAIDS PROGRAMME COORDINATING BOARD (PCB), GENEVRA/SUIÇA:

O Conselho de Coordenação de Programa, conhecido em inglês como Programme Coordinating Board (PCB), atua como o corpo governante sobre todas as questões programáticas relativas à política, estratégia, finanças, acompanhamento e avaliação do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS). O Brasil é membro desse Conselho desde 1999, tendo atuado como país representante da América Latina nas duas últimas décadas, estando ausente somente nos anos de 2008 e 2018.

Esse Conselho se reúne, ordinariamente, duas vezes por ano e, como o Brasil é país membro, o diretor do DCCI e parte de sua equipe técnica trabalham em estreita colaboração com o MRE, tanto na preparação, quanto durante os encontros do Conselho. Neste ano, em decorrência da pandemia de COVID-19, todos os encontros ordinários e extraordinários desse Conselho têm ocorrido de forma virtual.

A 47ª reunião do PCB aconteceu nos dias 15, 16, 17 e 18 de dezembro de 2020. Destaca-se que, neste ano, além de debater todos os assuntos relacionados às questões programáticas do PCB, o DCCI, esteve presente em todas as etapas do processo de elaboração da nova estratégia global do UNAIDS para o pós-2021, sobretudo no segundo semestre, seja na participação em consultas organizadas pelo UNAIDS, seja na revisão de documentos e envio de subsídios técnicos ao MRE. Tal processo culminou com a apresentação de minuta preliminar da nova Estratégia Global para o pós 2021.

A proposta de nova estratégia suscitou muitos debates entre os Países Membros do Conselho. Muitos dos países saudaram a ênfase da futura estratégia em prevenção combinada, integração de serviços de saúde e diferenciação de cuidados por perfil de população. Afirmaram, no entanto, que temas como direitos humanos, igualdade de gênero e desigualdades precisariam de mais atenção e recursos e defenderam a maior priorização de ações destinadas à prevenção primária, saúde e direitos sexuais e reprodutivos e integração de populações-chave. No entanto, muitos Países Membros julgaram a nova estratégia bastante extensa e pediram revisão ao secretariado do UNAIDS. Os países foram unânimes em abordar importância de se manter o vínculo da estratégia com a Agenda 2030, em especial no que toca às questões de proteção social. Ademais, levantaram-se questões acerca de como a sustentabilidade das respostas nacionais ao HIV poderiam ser refletidas na estratégia pós 2021. De um modo geral, o documento foi bem aceito.

Como pontos de decisão acerca dessa temática, definiu-se que o secretariado organizará um encontro do PCB para um briefing da nova estratégia até o final de janeiro de 2021, a fim de que se apresente aos países a estrutura revisada (de acordo com o que foi apontado pelos Países Membros), incluindo um resumo executivo do documento. Além disso, ficou acordado que a Diretoria Executiva do UNAIDS apresentará a “Estratégia Global de AIDS 2021-2026” em uma sessão especial do PCB para consideração e adoção, até março de 2021.

Oportunamente, destaca-se que o Diretor do DCCI e a equipe de assessoria internacional participaram dos quatro dias de encontro do 47º PCB, bem como das reuniões preparatórias (seis, ao todo, a saber: "Pre-meeting on HIV Prevention 2020, Task Team on Community-led AIDS responses, and COVID-19 and HIV"; "Pre-meeting on follow-up to the Thematic Segment on Reducing the impact of HIV on children, Mental Health and HIV, and Report of the NGO Delegation"; "Pre-meeting on Evaluation (includes the Independent Evaluation of the UN System Response to AIDS 2016-2019 and its accompanying Management Response)"; "Pre-meeting on the UNAIDS Strategy beyond 2021 and statement of the staff association"; "Pre-meeting on the Report of the PCB Working Group on the JIU Recommendations").

Adicionalmente, para o 47º encontro do PCB o DCCI enviou ao MRE, por meio da AISA, subsídios técnicos para oito intervenções do Brasil, nos seguintes itens da programação do encontro: Report of the Executive Director; Report by the NGO representative; Annual progress report on HIV prevention 2020; Follow-up to the thematic segment from the 45th Programme Coordinating Board meeting; Report of the Task Team on Community-led AIDS responses; UNAIDS Strategy beyond 2021; COVID-19 and HIV; Thematic Segment: Cervical cancer and HIV- addressing linkages and common inequalities to save women’s lives.

(A4) PARTICIPAR DO THE INTERNATIONAL LIVER CONGRESS 2020 (EASL), EM LONDRES/INGLATERRA:

A diretoria do DCCI havia designado dois colaboradores para participar da EASL 2020, em Londres, no período de 15 a 19 de abril. No entanto, em razão da pandemia de COVID-19, a referida conferência foi cancelada em sua edição presencial e os técnicos do DCCI não participaram da edição virtual, que aconteceu no período de 27 a 29 de agosto.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Apesar da pandemia pelo COVID-19 e da restrição de viagens e participações internacionais, o DCCI garantiu sua participação de forma virtual, mantendo presença, produção científica e representatividade nos diferentes foros, adaptando-se aos novos desafios da pandemia. Além disso, várias estratégias foram implementadas, com o objetivo de focar na mitigação do impacto negativo da pandemia do COVID-19 na rede de atenção à saúde (revisão de fluxos, abastecimento e distribuição de medicamentos/insumos de prevenção, monitoramento e seguimento de casos de maior risco, entre outras) e manter a qualidade do cuidado às pessoas com HIV/IST/HV.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

Durante o ano de 2020, apesar da pandemia pelo COVID-19 e da restrição de viagens e participações internacionais, o DCCI garantiu sua participação de forma virtual, mantendo presença, produção científica e representatividade nos diferentes foros, adaptando-se aos novos desafios da pandemia. Essa participação tem se mostrado importante estratégia no alcance da meta estabelecida e no estabelecimento de políticas públicas para o enfrentamento do HIV/Aids, das IST e das HV no país.

5) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	5	Ter implementado a Rede de Resposta Rápida da Sífilis no Brasil nos municípios prioritários.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	Número de municípios com rede de resposta rápida implantada.	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	100% dos municípios prioritários com rede de resposta rápida da sífilis implementada até 2021.	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	9	
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	9	

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

(A1) APOIAR ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES NAS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE:

Com o avanço da pandemia de coronavírus pelo mundo, a falta de previsão de retomada de atividades que preveem a concentração de um grande número de pessoas, e a necessidade de continuar investindo no enfrentamento da sífilis, a estratégia voltada para ações educacionais que inicialmente foi planejada em formato de Oficinas foi alterada para uma versão mais factível diante do cenário atual e com potencial de grande alcance.

Assim, o DCCI/Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), em parceria com a Sociedade Brasileira de Doenças Sexualmente Transmissíveis (SBDST) desenvolveu uma série de webconferências com temáticas relacionadas às infecções sexualmente transmissíveis para profissionais de saúde. A iniciativa buscou divulgar amplamente as atualizações do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com IST (PCDT-IST) e discutir as condutas de diagnóstico e tratamento propostas no documento com os profissionais de saúde, universidades e gestores de Programas de IST, além de manter a rede de saúde aquecida para controle das infecções sexualmente transmissíveis mesmo em tempos da pandemia de COVID-19.

As transmissões foram realizadas entre maio e agosto de 2020. O modelo proposto pelos Webinars PCDT-IST considerou a ampla rede de trabalhadores que estão na APS, por isso ofereceu acesso aberto, gratuito e autoinstrucional em formato EaD, com compromisso de fortalecer o SUS em sua capacidade de enfrentamento as IST neste momento adverso. Os Webinars podem ser acessados pelos links abaixo:

Tema 1 – Vigilância epidemiológica das IST: sífilis

<https://youtu.be/s9pHTiKGvvo>

Tema 2 – Sífilis adquirida

<https://youtu.be/qfpc9Z9VO0E>

Tema 3 – Transmissão vertical da sífilis

<https://youtu.be/B1ZmvfkbkIU>

Sessão Extra – Testes para diagnóstico de sífilis

<https://youtu.be/ryottcivvSw>

Tema 4 – Infecções que causam corrimento vaginal

https://youtu.be/xDoDM_Vz1SU

Tema 5 – Infecções que causam cervicite

<https://youtu.be/qDDaAvQVOUg>

Tema 6 – Infecções que causam corrimento uretral

<https://youtu.be/2Jn3YGd8wYQ>

Tema 7 – Infecções que causam úlcera genital

<https://youtu.be/IGIZcKvEtZo>

Tema 8 – Doença inflamatória pélvica

<https://youtu.be/Lnekqmm4KTI>

Tema 9 – Infecção pelo HPV

<https://youtu.be/sDgSRQfRCHk>

Tema 10 – Diagnóstico laboratorial em IST

https://youtu.be/Qn7_mqHVC8w

Tema 11 – Vírus Zika

<https://youtu.be/ZG7p2lERdU>

Tema 12 – HTLV

<https://youtu.be/EmyAgp9ibKU>

Tema 13 – Abordagem IST centrada na pessoa com vida sexual ativa

<https://youtu.be/L0332jCOYqY>

Tema 14 – Violência sexual e IST

<https://youtu.be/x3DlLe6ec6s>

Tema 15 – Políticas públicas em Infecções Sexualmente Transmissíveis

<https://youtu.be/m0bakYE43h4>

O público alcançado nas webconferências citadas ultrapassou 42.000 acessos síncronos e/ou assíncronos.

(A2) DESENVOLVER MATERIAIS TÉCNICOS DE INFORMAÇÃO SOBRE CONDUTA CLÍNICA, VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO EM SÍFILIS E EM OUTROS AGRAVOS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS:

O Ministério da Saúde, por meio da Coordenação Geral de Vigilância das Infecções Sexualmente Transmissíveis, trabalhou de junho de 2019 até novembro de 2020 nas atualizações do “Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral as Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis”. O PCDT-IST visa melhorar a qualidade da atenção a saúde das pessoas com IST no país, sendo baseado em extensa revisão de evidências científicas e validado em discussões com especialistas. É um documento que orienta o papel dos gestores no manejo programático e operacional desses agravos, bem como as ações dos profissionais de saúde na triagem, diagnóstico, tratamento e ações de prevenção as populações-chave e/ou pessoas com IST e suas parcerias sexuais. A atualização do PCDT-IST foi apresentada em plenário da Conitec e será encaminhada para consulta pública em breve. A proposta de revisão e alteração está em capítulos sobre saúde sexual em gestantes; sífilis adquirida e em crianças; e mudança de abstenção sexual no caso de vírus zika.

O documento com as principais mudanças realizadas desde a última publicação do PCCDT IST encontra-se disponível em: file:///C:/Users/araujogra/Downloads/sei_25000.041466_2020_48_oficio_circular_09.2020.pdf. Este foi encaminhado para todas as coordenações estaduais/municipais de IST/Aids.

O documento preliminar “Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para HTLV” está sendo produzido mediante parceria com painel de especialistas de sociedade científica e universidades, em conjunto com técnicos do DCCI/SVS/MS. No momento, o documento encontra-se em análise pelo DCCI, que realizará adequações de texto e propostas de incorporações de tecnologias a serem apresentadas para a aprovação da Conitec.

Os principais pontos do documento preliminar do PCDT-HTLV foram apresentados ao público geral no Web simpósio Brasileiro de HTLV, realizado no dia 10/11/2020 pelo mediacenter.aids.gov.br, que estará disponível no canal oficial do YouTube do HTLV <https://www.youtube.com/channel/UCI6aLSTtk7chXMeybJ92Fhw?reload=9>.

Para implementar tecnologia ao Rastreamento do Câncer de Colo de Útero foi realizada reunião técnica para discussão do uso dos testes de biologia molecular para detecção da infecção pelo HPV, visando o rastreamento precoce do câncer de colo de útero no âmbito do SUS, especialmente em mulheres vivendo com HIV, que possuem seis vezes mais chances de desenvolver câncer cervical. A reunião aconteceu de forma virtual, com a participação das Secretarias de Atenção

Primaria a Saúde, Atenção Especializada e Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, INCA, pesquisadores brasileiros de relevância no tema, associações de classe, OPAS/OMS e Fiocruz. Na reunião houve consenso sobre a importância de oferta dessa tecnologia no âmbito do SUS, e foram debatidos os desafios a serem superados para implantação dos testes de biologia molecular para detecção de HPV dentro de um programa organizado de rastreio de câncer de colo do útero. Os principais aspectos foram sistematizados e utilizados como subsídios para a elaboração de projetos para aquisição de testes junto à OPAS/OMS Brasil.

(A3) APOIAR ATIVIDADES TÉCNICAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE RESPOSTA RÁPIDA À SÍFILIS E DE OUTROS AGRAVOS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA, TRATAMENTO, DIAGNÓSTICO, PREVENÇÃO, VIGILÂNCIA, PESQUISA E GESTÃO:

Em decorrência da pandemia de COVID-19, as visitas técnicas programadas em territórios, com gestores locais e responsáveis pelo enfrentamento da sífilis, foram canceladas. Entretanto, o apoio tem ocorrido à distância por meio de ferramentas que tornam factível a indução de ações locais, indicando diretrizes e prioridades para implementação da estratégia, bem como apoiando a superação das dificuldades específicas de cada território.

(A4) APOIAR O MONITORAMENTO DA AGENDA PARA O FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA E A REDUÇÃO DA SÍFILIS E DE OUTROS AGRAVOS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA, TRATAMENTO, DIAGNÓSTICO, PREVENÇÃO, VIGILÂNCIA, PESQUISA E GESTÃO:

Durante o segundo semestre, ocorreu a atualização dos compromissos da Agenda Estratégica de Sífilis em Reunião ordinária da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) (28/10/2020) onde foi apresentada a “Atualização da Agenda Estratégica de Sífilis” referente ao período de 2020/2021. Tal ação fortalece e renova os compromissos entre as instituições parceiras no enfrentamento da sífilis no Brasil. O documento está em fase de diagramação para divulgação junto aos parceiros, a fim de dar execução a agenda, e os eixos de atuação e marcos intermediários são:

Eixo 1: Educomunicação

Elaboração e divulgação de materiais informativos e educativos sobre prevenção, diagnóstico, tratamento e vigilância da sífilis

Integração e inclusão da temática sífilis

Eixo 2: Qualificação de Informações Estratégicas

Atualização e divulgação de dados epidemiológicos de sífilis

Aprimoramento das informações de vigilância epidemiológica da sífilis

Qualificação de dados e indicadores relacionados a sífilis

Eixo 3: Ampliação dos Comitês de Investigação para Prevenção da Transmissão Vertical de HIV, Sífilis e Hepatites Virais

Fortalecimento da investigação dos casos de transmissão vertical de HIV, Sífilis e Hepatites Virais

Eixo 4: Fortalecimento das Redes de Atenção à Saúde

Desenvolvimento de estratégias para aprimoramento da gestão e governança na rede de assistência a saúde

Eixo 5: Fortalecimento da parceria do MS com outros atores

Articulação para ampliação da prevenção, testagem, diagnóstico, tratamento, notificação e investigação dos casos de sífilis

Parcerias com instituições de ensino, pesquisa e extensão

Articulação intra e intersetorial

Eixo 6: Resposta Rápida à Sífilis nas Redes de Atenção à Saúde

Vigilância

Gestão e governança

Cuidado integral

Educomunicação

Como realizado anualmente, foi publicado o Boletim Epidemiológico de Sífilis 2020. A referida edição foi produzida com o propósito de promover a disponibilidade de dados básicos, indicadores e análises sobre as tendências da sífilis no país, visando aperfeiçoar a capacidade de formulação, gestão e avaliação de políticas e ações públicas. Em essência, o conteúdo do Boletim Epidemiológico busca refletir algumas das principais características da epidemiologia da sífilis no Brasil, nos vinte e seis estados e no Distrito Federal, assim como na agregação por regiões. Apresenta três grandes grupos de informações: casos de sífilis adquirida, casos de sífilis em gestantes e casos de sífilis congênita, notificados até 30 de junho de 2020 no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) e transferidos das Secretarias Estaduais de Saúde ao Setor de Produção do Departamento de Informática do SUS (Datapus), do Ministério

da Saúde. O material encontra-se disponível em: <https://bityli.com/QIfp7>.

(A5) APOIAR INTERVENÇÕES DE RESPOSTA À SÍFILIS E OUTROS AGRAVOS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA, TRATAMENTO, DIAGNÓSTICO, PREVENÇÃO, VIGILÂNCIA E GESTÃO:

Durante o período foram desenvolvidas atividades, com o apoio da OPAS, que permitiram o fortalecimento dos processos de qualificação da governança do Departamento no controle do HIV/Aids, das IST e das Hepatites Virais. Para viabilizar essa ação, foram contratados 53 prestadores de serviço (pessoa física) por produto, totalizando um valor de R\$ 3.464.970,00 de investimento para apoiar intervenções de resposta às IST/HIV/Aids. Especificamente para sífilis, representou um total de 17 contratos no segundo semestre (32%).

(A6) APOIAR INTERVENÇÕES DE RESPOSTA À SÍFILIS E EM OUTROS AGRAVOS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NA ÁREA DE PESQUISA: ESTÃO SENDO APOIADOS ALGUNS ESTUDOS, CONFORME DESCRITO A SEGUIR:

6.1. Título: Infecção por *Treponema pallidum*, efetividade do tratamento para sífilis em diversas situações clínicas, importância da tipagem da bactéria para desfecho clínico-terapêutico e desempenho de testes sorológicos/diagnósticos.

Instituição: Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU (UFSC).

Subprojeto 1: Estudo epidemiológico molecular sobre fatores de risco associados à infecção por sífilis e as diferentes cepas do *Treponema pallidum* no Distrito Federal

Objetivo Geral: Analisar os fatores de risco associados à infecção por sífilis e as diferentes cepas do *Treponema pallidum*

Instituição Executora: Universidade de Brasília (UNB)

Subprojeto 2: Tipagem de *T. pallidum* Obtido de Lesões Sugestivas de Sífilis Primária e Secundária com Solução de Continuidade em pacientes atendidos no Ambulatório de Dermatologia Sanitária

Objetivo Geral: Realizar a tipagem de *T. pallidum* obtido de lesões sugestivas de sífilis primária e secundária

Instituições Executoras: Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e Ambulatório de Dermatologia Sanitária – Porto Alegre – RS

Subprojeto 3: Acurácia de testes rápidos para o diagnóstico simultâneo da infecção por sífilis e HIV em gestantes, HSH e TS atendidas na rede de atenção à saúde do município de Belém estado do Pará, Brasil

Objetivo Geral: Avaliar a acurácia de testes rápidos para o diagnóstico simultâneo da infecção por sífilis e HIV em gestantes, HSH e TS atendidas na rede de atenção à saúde do município de Belém estado do Pará, Brasil

Instituição Executora: Instituto Evandro Chagas (IEC – PA)

Subprojeto 4: Controle de qualidade de testagens não-treponêmicas e avaliação de conjuntos diagnósticos comercializados no Brasil
Objetivo geral: Avaliar a qualidade de testagens não-treponêmicas e avaliar os resultados produzidos com conjuntos diagnósticos (kits) registrados na ANVISA e comercializados no Brasil em comparação ao kit referência internacional

Objetivo Geral: Avaliar a qualidade de testagens não-treponêmicas e avaliar os resultados produzidos com conjuntos diagnósticos (kits) registrados na ANVISA e comercializados no Brasil em comparação ao kit referência internacional

Instituição Executora: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Análises Clínicas – Laboratório de Biologia Molecular, Microbiologia e Sorologia - LBMMS

6.2. Título: Prevalência de *Treponema pallidum* subespécie *pallidum* em lesões anogenitais no Brasil e frequência da bactéria, ou da coinfeção, em relação a presença de outros agentes etiológicos

Instituição: Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU

Objetivo Geral: Diagnosticar *Treponema pallidum* subespécie *pallidum* em lesões anogenitais no Brasil e verificar a frequência da bactéria, ou da coinfeção, em relação a presença de outros agentes etiológicos

6.3. Título: Estratégias para viabilizar transporte mais econômico e ampliar os marcadores avaliados no Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade no Brasil para a rede de laboratórios de Sorologia para Sífilis e monitoramento das infecções pelo HIV e Hepatites Virais

Instituição: Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU

Objetivo Geral: Padronizar e validar a liofilização de amostras de plasma ou soro para possibilitar o envio em temperatura ambiente nas rodadas práticas do Programa de Avaliação Externa da Qualidade para sorologia da Sífilis quantificação de carga viral (HIV, HCV e HBV) e genotipagem (HIV e HCV) para redução dos custos com transporte

6.4. Título: Estudo de Prevalência da Sífilis e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis entre Travestis e Mulheres Transexuais no Brasil: Cuidado e Prevenção - Estudo ISTRANS

Instituição: Centro de Estudos Leopoldo Ayrosa Galvão – CEALAG (USP)

Objetivo Geral: Estimar a prevalência e fatores associados à sífilis e outras IST, especificamente: infecções causadas pelo HIV, *Neisseria gonorrhoeae* (NG), *Chlamydia trachomatis*(CT), Papiloma vírus humano (HPV), vírus da hepatite A (HAV), hepatite B (HBV) e hepatite C (HCV); bem como compreender os significados atribuídos à infecção por sífilis, entre travestis e mulheres trans (TrMT) de cinco capitais brasileiras

6.5. Título: Ensaio clínico para avaliar a eficácia da cefixima no tratamento da sífilis precoce em mulheres não grávidas – Estudo CeBra

Instituição: Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO

Objetivo Geral: demonstrar a eficácia do uso da cefixima, 400 mg, administrado via oral, duas vezes ao dia por 10 dias consecutivos, medida pelo decréscimo de 4 vezes no título do exame Reagente Rápido Plasmático (RPR) desde o início até 6 meses após o tratamento.

Devido ao cenário epidemiológico da pandemia do COVID-19, em atenção ao regulamento sanitário nacional e internacional, a execução das atividades de campo dos estudos foi interrompida temporariamente, implicando na necessidade de adequação dos cronogramas físicos, a fim de permitir a conclusão das atividades inicialmente programadas. Dessa forma, foi concedido pela OPAS o aditivo temporal de vigência até julho de 2021, em atendimento à solicitação das instituições responsáveis pelos estudos de pesquisa viabilizados pelas Cartas-Acordo SCON2019-00400, SCON2019-00394, SCON2019-0039, SCON2019-00162, SCON2019-00225.

(A7) APOIAR A DIVULGAÇÃO E PRODUÇÃO DE MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO SOBRE SÍFILIS E OUTROS AGRAVOS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS:

Para contribuir com a qualificação dos profissionais de saúde foram elaborados Fluxogramas para Manejo Clínico de IST. A ação prevê o desenvolvimento e confecção de fluxogramas e quadros para o manejo clínico das infecções sexualmente transmissíveis (IST), do HIV/aids e das Hepatites Virais, no que tange a prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento desses agravos. O material foi elaborado com base no Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral as Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (PCDTIST) e a partir da atualização de evidências científicas que contribuam para melhorar a assistência ao paciente.

A projeção de ampla divulgação, abrangendo todas as equipes de Estratégia de Saúde da Família, tem previsão de distribuição da versão digital e impressa para o primeiro semestre de 2021.

Com objetivo de consolidar as informações disponíveis no PCDT-IST – 2020 entre profissionais da área da saúde, gestores e estudantes universitários foram preparados 16 manuscritos para artigos científicos sobre os temas apresentados no Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral as Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis. Os artigos serão publicados em suplemento direcionado a revisão dos principais capítulos do PCDT-IST e a publicação está prevista para o primeiro semestre de 2021. Assim que publicados, estarão disponíveis para ampla divulgação e acesso.

Ainda, com o objetivo de divulgar os temas voltados ao enfrentamento das IST, foram desenvolvidos, publicados e divulgados os seguintes Boletins Epidemiológicos e Informativos para disseminação de informação estratégica aos gestores e profissionais de saúde:

- Boletim Epidemiológico SVS Volume 51 | No 08 | Fev. 2020 – Vigilância epidemiológica das infecções sexualmente transmissíveis no Brasil;
- Boletim Epidemiológico SVS Volume 51 | No 18 | Abr. 2020 – Uso da cefixima como alternativa para tratamento da sífilis;
- Boletim Epidemiológico SVS Volume 51 | No 27 | Jul. 2020 – Vigilância da resistência do gonococo aos antimicrobianos no Brasil;
- Boletim Epidemiológico SVS Volume 51 | No 35 | Ago. 2020 – Distribuição espacial da participação em Webinars PCDT-IST 2020; e
- Boletim Epidemiológico SVS Volume 51 | No 42 | Out. 2020 – Resposta rápida à sífilis: uma análise situacional da estratégia de apoio institucional.

Os materiais encontram-se disponíveis em:

<https://antigo.saude.gov.br/boletins-epidemiologicos>

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/boletins-epidemiologicos-1>

Na perspectiva de atingir a comunicação com o público em geral, a campanha de prevenção da sífilis realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) foi apoiada pelo Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis – DCCI. A campanha “Sífilis! Eu sei. Você sabe?” busca alertar para a importância da educação por meio de informações que apresentam as características da sífilis e como ela se manifesta, além de incentivar a prevenção, testagem e o tratamento de quem está infectado. Nesse sentido foram realizadas postagens em redes sociais com mensagens de prevenção da sífilis e busca de tratamento caso necessário.

(A8) APOIAR O PROCESSO DE ELIMINAÇÃO DA TRANSMISSÃO VERTICAL DO HIV, HV E OUTRAS IST:

Em abril de 2019 foi criado o Núcleo de Transmissão Vertical como uma estratégia para respostas rápidas que fortalecessem a redução da TV da sífilis e das hepatites virais, bem como, buscasse a eliminação da TV do HIV.

Uma das metas tem sido o fortalecimento de ferramentas que auxiliem aos estados e municípios na vigilância dessa gestante. Para isso, o Sistema de Monitoramento Clínico das Gestantes vivendo com HIV e com carga viral detectável é a mais nova ferramenta disponibilizada para que gestores e serviços de saúde identifiquem e acolham essas mulheres em tempo hábil a intervir positivamente na saúde delas e na prevenção da transmissão vertical do HIV.

Uma ferramenta que passou a ser disponibilizada aos serviços é o robusto Relatório de Monitoramento Clínico das Gestantes Vivendo com HIV que apresenta alguns indicadores sobre o perfil dessas gestantes no nosso país que, embora demonstrem ainda a necessidade de muito trabalho pela frente, também é evidente importante melhora do cuidado à saúde dessas mulheres. Esse relatório, que será atualizado em breve, é mais uma importante fonte de informações qualificadas para que a gestão dos territórios se apropriem e as utilizem para a elaboração de um planejamento voltado para a prevenção da Transmissão Vertical do HIV. Os principais indicadores desse Relatório de Monitoramento Clínico das Gestantes Vivendo com HIV estão disponíveis em forma de gráficos e podem ser vistos a nível estadual e mesmo municipal através da página do Departamento.

O monitoramento dos municípios já certificados tem sido realizado de forma contínua. A avaliação dos indicadores de São Paulo, certificado em novembro de 2019, é acompanhada pela equipe do DCCI e, em junho de 2020, o município de Presidente Prudente candidatou-se ao processo de certificação. Tais documentos estão sendo analisados pela equipe, mesmo sabendo que o processo de conclusão dessa análise não se findará nesse ano. Foi programada a realização de um evento no primeiro semestre de 2020 para ampliação das informações sobre o processo de Certificação de Municípios para a Eliminação da Transmissão Vertical do HIV, sendo este, diretamente afetado pela pandemia de COVID-19. Dessa forma, o evento foi bloqueado no planejamento.

As dificuldades de visitas locais impedem que o processo de Certificação se efetive de fato, mas não há impedimento para que os municípios que estejam com seus processos prontos (indicadores referentes aos anos 2017, 2018 e 2019), possam apresentá-los ao Departamento para análise. A pandemia COVID 19 interferiu no processo de visitas técnicas aos municípios que pretendiam se candidatar à Certificação, mas ações estratégicas estão sendo realizadas, tais como: atualização do Guia de Certificação, monitoramento contínuo dos municípios já certificados, análise documental do relatório do município de Presidente Prudente em São Paulo, atualização do Guia de Eliminação da Transmissão Vertical, fortalecimento dos grupos de trabalho com técnicos externos que compõem o processo de Certificação. Vale reforçar que essa ação deverá ser realizada com base em estratégias novas como reuniões virtuais e entrevistas por telefone, entre outras, para que o processo de Certificação seja realizado nos próximos anos, após o impacto da COVID-19.

A partir de agosto, foi dado início às articulações entre OPAS/OMS, DCCI/MS e UNASUS para identificar a instituição de ensino que desenvolveria, colaborativamente, o curso de prevenção em transmissão vertical voltado para os trabalhadores de saúde da rede de atenção de todo o país. Trata-se de um curso na modalidade Educação à Distância (EAD), auto instrucional, desenvolvido pela UFCSPA.

A relevância desse curso para a política nacional de enfrentamento da transmissão das afecções sexualmente transmissíveis – com enfoque na sífilis, HIV e HV, dar-se-á pelas altas prevalências identificadas/demonstradas pelos boletins epidemiológicos (fonte: MS/SVS/DCCI), numa repetida série histórica de 2016-2019, e pela natureza evitável e eliminável de tais condições, por meio de medidas bem aplicadas nos níveis de atenção primária à saúde, unidades que realizam parto e atenção especializada, muitas vezes com o uso de baixa densidade tecnológica e máxima utilização de tecnologias relacionais, bem como condutas clínicas oportunas nos momentos de rastreamento, diagnóstico, tratamento e vinculação aos serviços de saúde.

A carta acordo do curso foi assinada em outubro e desde então vem ocorrendo reuniões técnicas sistemáticas de acompanhamento, com frequência quinzenal. Nessas reuniões ocorrem as discussões e validações dos conteúdos que compõem os 4 módulos educacionais. Um introdutório (com foco na gestão e na vigilância) e outros três, cada um numa temática (hepatites virais, HIV e sífilis).

No período de 20/07/20 a 04/09/20 foi realizado o Inquérito Maternidade 2020. Foram encaminhados questionários estruturados com o objetivo de levantar um breve diagnóstico sobre os procedimentos para a prevenção vertical do HIV, sífilis e hepatites virais no momento do parto. Devido ao período de pandemia da COVID-19 foram realizadas duas chamadas para preenchimento, o total de instituições respondentes foram 83, sendo que dessas, foram excluídos 30 formulários por não estarem adequadas ao perfil definido que seriam maternidades que realizam parto. Foram validados 801 formulários respondidos. Tais dados servirão para a elaboração de um painel eletrônico que permitirá que as instituições que realizam parto possam monitorar e qualificar suas recomendações e procedimentos. O painel eletrônico está em fase de elaboração.

Através de recursos internacionais (fundos UNAIDS), foram contratados consultores para formulação de 3 produtos bem definidos que visaram contribuir com o aprimoramento da política nacional para eliminação/redução da transmissão vertical, além de um conjunto riquíssimo de recomendações:

Produto 1: Proposta de ferramenta para o monitoramento das ações de prevenção do HIV, da sífilis e das hepatites virais na Atenção Básica, com vistas a subsidiar à política nacional de prevenção da transmissão vertical desses agravos. O desígnio desse trabalho foi resultado do processo de análise do universo de indicadores disponíveis para propor uma ferramenta automatizada de monitoramento (relatório BI) e propor recomendações para o DCCI no intuito de manter sempre atualizado os dados fundamentais para o monitoramento das ações de prevenção na Atenção Básica. Foram feitas as seguintes recomendações para o al/DCCI:

1. Manutenção das atualizações dos dados e indicadores dos sistemas SISCEL e SICLOM para o Painel Gestantes – Power BI;
2. Manutenção das atualizações da base de dados do Inquérito Nacional de Maternidades para o Painel Maternidade – Power BI;
3. Identificação de desvios de comportamento de dados e indicadores, mediante larga série histórica atualizada nos Painéis, e avaliar qual ação deva se cumprir;
4. Garantia do número máximo de respondentes para o Inquérito Nacional de Maternidades;
5. Desenvolvimento de indicadores para HIV, sífilis e Hepatites Virais de acordo com a política nacional de prevenção da transmissão vertical desses agravos.

Produto 2: Análise das ações de vigilância da transmissão vertical das hepatites B e C no território nacional. A partir desse grande objetivo, quantificação das unidades federativas que realizam vigilância da transmissão vertical das hepatites B e C; identificação dos instrumentos utilizados para a vigilância da TV; descrição dos exames de triagem realizados no pré-natal para hepatites virais e frequência; investigação do fluxo de encaminhamento e investigação das gestantes com hepatite B ou C e crianças expostas; avaliação das ações de prevenção da TV nas gestantes e crianças expostas; inventariar aspectos positivos e negativos que possam ter impacto na vigilância da TV; e identificação das melhorias que possam auxiliar nas estratégias da vigilância da TV. A população alvo foram as Coordenações Estaduais de Hepatites Virais das 27 unidades federativas brasileiras. No intuito de obter informações quanto as ações direcionadas a transmissão vertical das hepatites virais foi elaborado dois questionários: um utilizado em entrevista realizada por telefone, e o segundo, enviado por correio eletrônico. Os dados dos dois questionários subsidiaram a análise descritiva dos resultados.

Mediante os resultados obtidos neste inquérito foi constatado o empenho das coordenações nas atividades de vigilância da transmissão vertical das hepatites B e C, e identificado a carência de elementos essenciais para a construção destas investigações, como recursos humanos, elaboração de dispositivos para monitorar as gestantes e as crianças expostas como também as capacitações e treinamentos diversos. A proposta do DCCI/MS na ampliação do tratamento nas UBS será fundamental para ampliar o tratamento a população e assim garantir o monitoramento das gestantes com hepatite B ou C e suas crianças expostas dando seguimento as ações de investigação da transmissão vertical. Ressalta-se também a importância de ter acesso aos resultados laboratoriais públicos ou privados das gestantes, agregando ao controle das notificações. A recomendação feita ao DCCI foi adequação do SISLOGLAB para que os resultados da “Rede Cegonha” possam ser identificados. E por último, observa-se que alguns UF necessitam de auxílio quanto a rede de imunobiológicos para garantir a administração dos mesmos nas primeiras 24 horas de vida dos recém-nascidos das mães com hepatite B.

Produto 3: Caracterização dos municípios do Projeto de Resposta Rápidas à Sífilis nas Redes de Atenção, com enfoque na implementação de ações para a certificação da eliminação da transmissão vertical do HIV e potencialidades para integração da sífilis e da hepatite B na agenda nacional de certificação. O foco foram os municípios contemplados no Projeto de Resposta à Sífilis nas Redes de Atenção (Projeto “Sífilis Não”) quanto à implementação de ações para a certificação da eliminação da transmissão vertical do HIV, e potencialidades para integração da sífilis e da hepatite B na agenda brasileira de certificação. A elaboração deste documento foi guiada pelas seguintes questões norteadoras: 1. Qual a situação dos municípios contemplados pelo Projeto “Sífilis Não” com respeito aos indicadores epidemiológicos e operacionais preconizados no Framework ETMIPlus da OPAS?; 2. Qual a situação dos municípios

contemplados no Projeto “Sífilis Não” com relação aos insumos de testagem e tratamento preconizados no Framework ETMIPlus da OPAS?

O objetivo foi realizar a descrição e análise dos indicadores municipais por estado e região e aplicar uma metodologia de agrupamento que possibilite categorizá-los em relação à transmissão vertical, determinando ainda seus avanços e potencialidades. Diante do exposto no relatório, a consultora trouxe um conjunto de considerações/recomendações robustas e bastante pertinentes. Chama atenção em especial os aspectos relacionados às ações sinérgicas dentro dos territórios para o enfrentamento eficaz da eliminação/redução da transmissão vertical; e à pauta do monitoramento e avaliação como ferramenta essencial para a gestão e planejamento das ações. A partir da elaboração de um painel específico para esta caracterização, contendo indicadores proxys àqueles contemplados nas abordagens internacionais, foi possível realizar uma leitura mínima sobre o progresso de grande parte dos municípios, a despeito da fragilidade do monitoramento nacional e da não integração das ações de eliminação da transmissão vertical dos quatro agravos. Com este processo, verificou-se a relevância da discussão junto ao nível central sobre uma estratégia de incentivo ou política nacional que tenha um componente de monitoramento muito claro sobre ações integradas para a eliminação e, conseqüentemente, os passos para a certificação municipal.

(A9) REALIZAR EXPOSIÇÃO SOBRE SÍFILIS

Foi definida como estratégia de comunicação sobre sífilis a realização de uma exposição com o tema “Sífilis: história, ciência e arte”. O objetivo dessa ação é integrar tais aspectos relacionados a sífilis em uma narrativa que promova informação sensível para a população, principalmente jovens, profissionais de saúde, discentes e docentes das áreas da saúde, gestores e trabalhadores do SUS. Esta ação prevê a parceria da OPAS/OMS e UFRN, com objetivo de ampliar o alcance da capilarização das informações, por meio de itinerância pela América Latina, tradução das obras, inovações tecnológicas e intensa participação da comunidade acadêmica das áreas da saúde. A ação está em fase de planejamento e há expectativa que seja realizada em 2021 em diversos espaços públicos.

A exposição contará com mostra virtual; visitas mediadas com grupos escolares e outros grupos; atividades paralelas dentro do espaço expositivo, como rodas de conversa, exibição de filmes, dentre outras; produção de um catálogo físico e virtual sobre a exposição, servindo como material de pesquisa consistente e seguro sobre a temática.

Pretende-se difundir conhecimento sobre o tema, operando, pelo viés da saúde pública, como um dispositivo de educação em saúde e de democratização do acesso a informação em saúde. A partir dessa difusão de informação, espera-se contribuir para a prevenção da transmissão de sífilis no Brasil.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Em virtude da pandemia pelo COVID-19 e da publicação de decretos federais, estaduais e municipais que levaram à medidas de isolamento social em todo Brasil, muitas atividades foram suspensas ou adiadas, levando o MS e a OPAS/OMS a repensar estratégias e replanejar ações, com o objetivo de focar na mitigação de medidas que fortaleçam a continuidade de ações e serviços, especialmente direcionados à manutenção da rede de atenção à saúde dos usuários e populações-chave (revisão de fluxos, abastecimento e distribuição de medicamentos/insumos de prevenção, monitoramento e seguimento de casos de maior risco, entre outras).

Nessa perspectiva, a prorrogação dos prazos para finalização dos projetos de pesquisas em sífilis foi aprovado até julho de 2021, com a orientação de ajustes das necessidades nos respectivos cronogramas e documentos das cartas acordo, assim como a criação de um grupo de trabalho com representação do DCCI/MS, OPAS/OMS e instituições beneficiárias, para acompanhamento técnico do desenvolvimento dos estudos e a realização de pelo menos 1 visita técnica nos sítios principais dos estudos, a partir de 2021.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

A realização de atividades educacionais que divulgam o PCDT e orientam profissionais de saúde na qualificação dos processos de trabalho são fundamentais para que os serviços que compõe a rede de saúde sejam mais efetivos na resposta de enfrentamento da sífilis.

Protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, carteiras de serviços e outros instrumentos oficiais são normativas que regulamentam os processos de trabalho e qualificam os serviços ofertados, ampliando acesso e definindo critérios e condutas que visam a efetividade do tratamento. Por estes motivos, finalizar a revisão do PCDT-IST, contribuir com a construção da carteira de serviços da Atenção Primária em Saúde e com o protocolo de enfermagem, é fundamental

para dar sustentabilidade às ações de enfrentamento das IST, no âmbito das definições das políticas públicas de saúde.

A construção de uma agenda estratégica para redução da sífilis no Brasil, em conjunto com instituições parceiras nesse enfrentamento, é uma ação que fortalece as políticas públicas, cria sustentabilidade institucional para as ações e fortalece a implicação destes parceiros no combate à sífilis. A expectativa é que essa agenda seja avaliada e monitorada a cada ciclo, fortalecendo processos de trabalho e reduzindo as dificuldades na vigilância, prevenção, diagnóstico e tratamento das IST.

A execução e monitoramento das cartas acordo, com a parte da cooperação técnica OPAS/OMS Brasil, que subsidiam as pesquisas definidas para enfrentamento da sífilis, possibilitam a análise de aspectos que interferem na vigilância deste agravo, trazendo informações e propostas para melhoria das estratégias de combate à doença.

Os projetos de pesquisa realizados em parceria com a OMS são monitorados semanalmente pelas respectivas equipes técnicas das instituições parceiras e do núcleo de pesquisa do DCCI. Foi acordado com a OPAS o acompanhamento mensal conjunto de todos os estudos viabilizados pelas Cartas-Acordo, a partir de janeiro de 2021.

Ainda como parte da construção técnica da OPAS/OMS Brasil contribuindo para o desenvolvimento de ferramentas e capacidades educacionais, iniciou-se no primeiro semestre o planejamento do curso auto instrucional sobre transmissão vertical (HIV, sífilis e hepatite B) voltado para profissionais de saúde da atenção básica, de maternidades e gestores das SES/SMS. Esse trabalho coletivo entre DCCI e OPAS, que envolve a formulação do projeto político-pedagógico e intencionalidades educacionais, e posterior aprovação de carta acordo e disponibilização do curso propriamente dito em plataforma virtual, terá seus desdobramentos durante o segundo semestre de 2020. A instituição beneficiada será a Rede UNA-SUS.

Finalmente, sobre as ações em prol da eliminação da transmissão vertical e de acordo com os últimos dados disponíveis, temos hoje 161 municípios elegíveis para iniciar o processo de certificação da TV do HIV, de acordo com os indicadores propostos (municípios com população acima de 100 mil habitantes; possuir entre os anos de 2016 e 2018 taxas de detecção iguais ou menores que 0,3 por 1000 nascidos vivos e; possuir taxas menores que 2% de crianças expostas ao HIV que soroconverteram, entre os anos de 2016 e 2018, nos bancos do Siscel), assim distribuídos: AC = 1; AL = 1; AM = 1; AP = 1; BA = 12; CE = 6; ES = 4; GO = 8; MA = 3; MG = 19; MS = 2; MT = 4; PA = 8; PB = 1; PE = 4; PI = 1; PR = 11; RJ = 11; RN = 2; RO = 2; RS = 4; SC = 5; SE = 2; SP = 47; TO = 1; Total de 161 municípios em 25 dos 27 estados.

A Certificação da Eliminação da Transmissão Vertical de Sífilis está sendo elaborada com critérios e indicadores específicos, baseada na última versão das diretrizes da Opas/OMS mas com algumas adaptações para realidade brasileira. A previsão é que a proposta esteja disponibilizada em agosto para contribuições das áreas do DCCI, além de outros Departamentos e Secretarias do MS. A partir disso, foi solicitada a relação atualizada de possíveis municípios elegíveis às Secretarias Estaduais de Saúde com o objetivo de propor pactos interfederativos para a construção de planos de ação que visem a redução significativa e/ou a eliminação da sífilis congênita. .

Doze estados brasileiros aderiram à iniciativa do DCCI, elegendo seus municípios de acordo com critérios epidemiológicos, e propondo planos de ação para execução durante o ano de 2021: Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraná, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo.

4.2 RESUMO SEMESTRAL: 2º SEMESTRE

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1	3	3	0	100%
2	4	4	0	100%
3	3	3	0	100%
4	4	4	0	100%
5	9	9	0	100%
Total:	23	23	0	100%

5. RESUMO ANUAL

5.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

1) Situação do progresso das ações programadas, finalizadas com relação ao PTA

Avaliação geral das ações programadas no ano					
Situação do projeto	1º semestre de 2020		2º semestre de 2020		Anual 2020
Nº total de RE com ações programadas no período	5		5		5/5
Nº total de ações programadas	26		23		49
Nº total de ações finalizadas	3		23		26
RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações	
1/1	6	3	0	75%	
2/2	8	4	0	70%	
3/3	6	3	1	80%	
4/4	12	7	1	75%	
5/5	17	9	0	75%	
Total:	49	26	2	75%	

5.2 CONTRIBUIÇÃO ÀS PRIORIDADES DO GOVERNO E AO PLANO ESTRATÉGICO DA OPAS

O HIV/aids, a sífilis e as hepatites virais fazem parte das prioridades do DCCI/ SVS/MS para o biênio 2019-2020, e seguiram durante os anos de desenvolvimento da cooperação técnica como prioridades na parceria entre OPAS/OMS e MS. Entre as prioridades, estão: 1. Reduzir a mortalidade das pessoas vivendo com HIV e com coinfeção com TB-HIV; 2. Ampliar e fortalecer o diagnóstico e o tratamento das IST, TB, HV e hanseníase; 3. Reduzir a transmissão vertical da sífilis e da hepatite B e eliminar a transmissão vertical do HIV; 4. Eliminar a hepatite C como problema de saúde pública; e 5. Ampliar o acesso às ações de promoção à saúde e prevenção para populações mais vulneráveis.

As prioridades estabelecidas vão ao encontro não apenas das necessidades mais importantes do ponto de vista epidemiológico e programático desses agravos no Brasil, mas também com os resultados estratégicos da OPAS/OMS para o biênio 2020-2021, no que diz respeito à implementação de normas e guias em conformidade com as recomendações técnicas internacionais.

Além disso, o Brasil vem cumprindo com as metas e indicadores do Plano Estratégico da OPAS, dentre os quais destacam-se o percentual de pessoas infectadas pelo HIV que foram diagnosticadas, alcançando 84% de acordo com o relatório do Brasil ao Global Aids Monitoring (GAM). No que diz respeito à cobertura da terapia antirretroviral (TARV) nas pessoas infectadas pelo HIV o percentual é de 75%, segundo dados relatados no GAM. O Ministério da Saúde, através do fundo estratégico, garantiu o Tratamento ARV de primeira linha, bem como o fornecimento de Raltegravir pediátrico e sua introdução na profilaxia da TV do HIV como medicamento preferencial à nevirapina.

Além disso, estratégias importantes foram lançadas pelo DCCI em 2020, as quais estão alinhadas com as prioridades da OPAS, tais como: publicação de recomendações nacionais sobre testagem focalizada para o HIV, incluindo importante expansão do uso de autotestes para o HIV; elaboração de plano de expansão da PrEP, cuja implementação foi postergada para 2021 devido à pandemia do COVID-19; expansão significativa da dispensação de ARV para 60 e 90 dias; utilização de ferramentas de telemedicina e prescrição on line de ARV e solicitação de carga viral e CD4, etc.

Em relação à sífilis, apesar da situação ainda ser preocupante, a boa notícia é que a detecção teve um aumento considerável em virtude do aumento das notificações, que podem sugerir uma aproximação aos números reais e dessa forma indicar medidas cada vez mais assertivas para o trabalho de enfrentamento, de forma mais próxima da realidade em cada região do país. O Ministério da Saúde vem executando diversas estratégias de abrangência nacional para o controle da sífilis no país, entre as quais: compra centralizada e distribuição de insumos de diagnóstico e tratamento (testes rápidos, penicilina benzatina e cristalina); desenvolvimento de instrumentos de disseminação de informação estratégica aos gestores, auxiliando a tomada de decisão; realização de campanhas nacionais de prevenção que motivaram e provocaram reações em cadeia nos níveis estadual e municipal; e desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para o enfrentamento da sífilis no SUS. O aprendizado das intervenções governamentais em torno da sífilis serão ampliadas para outras IST como clamídia, gonococo, tricomonas, HPV, HTLV e mycoplasma genitálum, durante o ano de 2021.

Como o intuito é ampliar o diagnóstico e tratamento das hepatites virais, com foco na hepatite C, e reduzir a transmissão vertical da hepatite B, o DCCI tem trabalhado na adoção de uma nova forma de aquisição de medicamentos para hepatite C, com base em uma análise de custo-minimização, ou seja, priorização da alternativa que implica o menor impacto financeiro ao sistema, sem deixar de garantir o acesso a terapias seguras e eficazes aos pacientes com hepatite C. O Ministério da Saúde adquire e disponibiliza a todos os estados tratamentos para hepatite C com os chamados DAAs. Apenas no ano de 2020, 19.496 tratamentos para hepatite C foram distribuídos pelo Ministério da Saúde para todo o país. Em relação à hepatite B, a prevenção da transmissão é prioridade. Para essa resposta, os esforços tem sido o aumento da cobertura vacinal entre meninas e mulheres de 10 a 49 anos. Já as ações no pré-natal para mulheres com hepatite B vão desde a testagem universal, a avaliação da indicação de tenofovir, até a administração de vacina e imunoglobulina ao recém-nascido. Essas medidas combinadas são efetivas para eliminar a transmissão vertical da infecção. Ressalta-se que todos os insumos para prevenção da transmissão vertical da hepatite B estão disponíveis no SUS.

5.3 LIÇÕES APRENDIDAS/RECOMENDAÇÕES

O planejamento conjunto das ações de cooperação técnica entre o DCCI e a OPAS tem favorecido à implementação de políticas públicas em HIV/Aids, Hepatites Virais, Sífilis e outras IST e o cumprimento dos objetivos do plano estratégico da OPAS/OMS nessa área da saúde pública. O estabelecimento de fluxos amplos de comunicação e domínio dos instrumentos da gestão por parte da nova direção no DCCI tem sido chave para atingir as metas propostas no âmbito federal, estadual e municipal. Vale a pena destacar que uma das principais contribuições para a gestão bem sucedida do Termo de Cooperação nº 66 é a disponibilidade de ambas as partes para a revisão e ajustes ao plano de trabalho de forma periódica e sistemática, com o envolvimento das áreas técnicas e administrativas das duas Instituições, além de coordenadores de unidade técnica da OPAS e membro da diretoria do DCCI. Esta prática tem permitido maior conhecimento das rotinas de trabalho, dos processos técnicos e administrativos, além de propiciar um diálogo amplo da cooperação em um ambiente com vocação participativa e de escuta para o aprimoramento do trabalho em ambas as instituições.

A crise global pela COVID-19 provocou uma necessidade crescente de adotar o trabalho remoto, assim como cada vez mais desenvolver atividades à distância, se quisermos alcançar um número maior de pessoas nas localidades mais distantes do Brasil. As instituições que entenderem esse recado estarão um passo à frente para assumir os desafios impostos pelas políticas públicas de saúde. Para isso acontecer, é preciso vencer as dificuldades como a pouca prática institucional e a falta de estrutura.

O ano de 2020, marcado pelo surgimento da pandemia de COVID-19, exigiu capacidade de adaptação às exigências sanitárias impostas pelas autoridades de saúde e resiliência das equipes para suplantar os enormes desafios surgidos, a fim de reduzir o máximo possível de lacunas nas execuções dos estudos em andamento, assim como das metas e atividades planejadas para o ano de 2020. Dessa forma, foram despendidos todos os esforços necessários, tanto de caráter individual como coletivo, trabalhando-se integralmente com todos os parceiros envolvidos no processo de fomento à pesquisa em sífilis. O resultado desse esforço coletivo foi positivo, concreto e certamente contribui para o êxito almejado.

Ressalte-se o suporte técnico prestado pela área de Vigilância, Informação e Pesquisa (VIP) durante a execução das ações de informações estratégicas e nos processos de aditivos temporais de vigência das Cartas-Acordo. A participação ativa nas reuniões com pesquisadores, OPAS e Departamento, a elaboração de pareceres técnicos, a interface com pesquisadores, as reuniões com a Diretoria do Departamento e Coordenações da OPAS, contribuíram significativamente para a conclusão com êxito desses processos. As lições aprendidas com o acúmulo de experiência há vários anos no suporte técnico aos projetos, somado à experiência pela prática da OMS de acompanhamento semanal dos estudos são enriquecedoras e contribuem, de fato, para o êxito do programa de pesquisa do Departamento.

O principal obstáculo para a implantação do PTA 2020 foi a crise global provocada pela Pandemia do COVID-19. O surgimento dos primeiros casos no Brasil ocorreram em meados de março, com um aumento exponencial que atingiu a marca de mais de 6.600.000 casos e mais de 170.000 mortes, o que obrigou o governo federal a concentrar esforços para enfrentar a pandemia, o isolamento social e a interrupção de diversas atividades programadas, com impacto significativo nas viagens de apoio institucional aos territórios e a realização de todos os tipos de eventos presenciais, incluindo a grande Conferência Nacional sobre DSTs, HIV, Hepatites Virais e Tuberculose que ocorreria em 20 de julho de 2020, e a impossibilidade de projetos de pesquisa multicêntricos e a paralisação de projetos de intervenção obedecendo a medida obrigatória de Lockdown imposta em diferentes cidades do Brasil. Apesar disso, como alternativa, muitas ações foram readaptadas para a modalidade virtual, a fim de dar continuidade tanto ao suporte técnico quanto à revisão de regulamentos e protocolos para mitigar os efeitos do COVID-19 entre as populações mais vulneráveis às doenças transmissíveis e atender às necessidades de educação a distância dos profissionais de saúde em todo o país.

A partir de agosto de 2020, paralelamente à elaboração e aprovação do TC 112, iniciou-se um diálogo permanente com a Diretoria e as áreas técnicas da DCCI para buscar alternativas à situação de baixa execução do TC 66. Como não foi aprovado pelo Departamento Jurídico do MS a prorrogação do prazo sem ônus, em outubro as ações foram intensificadas com a criação de um grupo de trabalho (GT), envolvendo as partes: OPAS, por meio do Representante Socorro Gross, Administrador Rodrigo Monrroy, Coordenador Miguel Aragón e sua equipe do CDE Brasil; e MS / DCCI, por meio do diretor Gerson Pereira e sua equipe técnica e administrativa, a fim de construir e pactuar o Plano de Aceleração para a conclusão do TC 66. Neste GT foram discutidos riscos, potencialidades, oportunidades, análises jurídicas e administrativas (pela OPAS e MS) com o propósito de: executar as propostas mais complexas apresentadas; identificar os projetos técnicos viáveis, de interesse epidemiológico e prioritários do ponto de vista da gestão federal. O produto de todo esse trabalho está sistematizado numa planilha de monitoramento constantemente atualizada com os avanços das tarefas e analisada bimestralmente em reunião coordenada pela equipe CDE/OPAS Brasil, na pessoa de Miguel Aragón (coordenador) e assessoramento de sua equipe.

O ano de 2021 será marcado por grandes desafios para a cooperação técnica, primeiro na implementação de um conjunto de projetos, previstos no TC 66, que visam a consolidação das políticas nacionais (HIV, IST e HV) traduzido em ações efetivas de saúde pública e através de uma parceria mais orgânica com estados e municípios; para além, construir um caminho para

TC 112 que conduza na ótica do trabalho integrado em torno dos principais agravos sob gestão do DCCI (IST, HIV, Tuberculose e outras doenças respiratórias crônicas e hanseníase).

Com efeito, as principais lições aprendidas com a crise foram:

1. A necessidade de avaliação e diálogo permanentes entre equipes OPAS/OMS Brasil e DCCI/MS, produzindo amadurecimento institucional técnico e administrativo para elaboração e execução conjunta de projetos.
2. A modernização tecnológica e revisão dos processos de trabalho internos, tanto da OPAS/OMS Brasil quanto do Ministério da Saúde, para garantir a manutenção dos serviços de saúde necessários ao cumprimento dos compromissos assumidos, sempre com vistas ao bom desempenho dos indicadores e resultados esperados no Planejamento Estratégico OPAS / OMS 20-21.
3. Considerando que o melhor retorno a esperar será a sobrevivência das pessoas e que a travessia – na batalha contra a COVID-19 – não tem data para terminar, a que se investir na modernização institucional a partir da aquisição de computadores, notebooks, equipamentos de som e áudio, plataforma virtual com maior capacidade para videoconferências, desenvolvimento de cursos auto instrucionais, desenvolvimento de aplicativos, entre outros recursos, cujo propósito será garantir a adaptação da esfera federal às novas exigências do mundo moderno, em favor do avanço das políticas públicas.
4. É necessário atender às necessidades de capacitação e educação permanente dos profissionais que atuam no SUS, com o objetivo de fomentar e apoiar a disseminação de meios e tecnologias de informação e comunicação que possibilitem ampliar, em escala, o alcance das atividades educativas.
5. O fortalecimento do apoio técnico a nível Estadual e Municipal é determinante para a implementação de diretrizes técnicas e estratégias que visem a eliminação da TV HIV/Sífilis/HepB, a HepC, assim como o incremento da cobertura para o diagnóstico oportuno, tratamento e adesão aos cuidados integrais deste agravos.

5.4 EXECUÇÃO FINANCEIRA (de acordo com o relatório financeiro oficial da OPAS/OMS)

Recursos repassados:	US\$ 38164215.96
Recursos desembolsados:	US\$ 29272252.03
Pendente de pagamento:	US\$ 2667464.12
Saldo:	US\$ 6224499.81